



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JOSÉ MOISÉS NUNES DA SILVA



NATAL
2010

JOSÉ MOISÉS NUNES DA SILVA

**O PROEJA NO IFRN: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha

NATAL
2010

Divisão de Serviços Técnicos.
Catalogação da publicação na fonte.
IFRN / Biblioteca Sebastião Fernandes

S586p Silva, José Moisés Nunes da.

O PROEJA no IFRN : uma contribuição para o desenvolvimento local / José Moisés Nunes da Silva. – 2010.

76 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica de Jovens e Adultos) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

1. Educação de jovens e adultos. 2. PROEJA. 3. Educação profissional. I. Rocha, Raimundo Nonato Araújo da. II. Título.

CDU 374.7(813.2)

JOSÉ MOISÉS NUNES DA SILVA

**O PROEJA NO IFRN: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Aprovado em 12 de julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Dante Henrique Moura
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof^a. Ms. Maria das Graças Baracho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

*Dedico este trabalho aos meus filhos
Lucas, Nicole, Daniel e Vivian, fontes de
alegria, como forma de mostrar o valor do
estudo e da perseverança.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão de todas as coisas.

A todos – professores, colegas e coordenação – que estiveram envolvidos no curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, pelo apoio mútuo durante o transcorrer do curso, pela troca de experiências e pelos conhecimentos adquiridos.

Ao Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha pelo privilégio de tê-lo como professor e orientador, por seu exemplo de competência e, sobretudo, pelo incentivo e confiança em nós depositados e pelos caminhos apontados.

Ao Prof. Dr. Dante Henrique Moura e à Profa. MSc. Maria das Graças Baracho que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca examinadora, bem como pelas contribuições valiosas dadas a este trabalho.

À Valiene Oliveira, pela montagem que fez no mapa do Brasil destacando a região Nordeste e nesta o Estado do Rio Grande do Norte, e a Francisco Bento e Michelle Pinheiro, pelas fotografias gentilmente fornecidas dos campi Mossoró e Natal–Zona Norte, respectivamente.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte pela oportunidade a mim concedida de ampliar os conhecimentos necessários ao exercício do magistério, particularmente, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

À Profa. Ana Ely de Oliveira Sousa, dileta amiga, por nos encorajar sempre e pela competente revisão linguística deste trabalho.

A palavra é como o ser humano: nasce, cresce e morre. Mas tem sobre nós a vantagem do renascer. Sofro tanto no processo da escrita que hoje acho que muito melhor que escrever é ter escrito.

(Armando Nogueira)

RESUMO

O trabalho trata da relação educação de jovens e adultos, educação profissional e desenvolvimento local. Discute essa relação a partir das inovações contidas nas reformas da educação propostas pelo Governo Lula da Silva. Objetiva analisar a inserção do PROEJA, especificamente no IFRN – campi Currais Novos, Ipanguaçu, Mossoró e Natal-Zona Norte – para os respectivos municípios/regiões do Rio Grande do Norte, numa concepção de desenvolvimento local. Identifica-se o perfil dos cursos (fundamentos, objetivos, perspectiva de qualificação profissional); identificam-se as potencialidades econômicas/APLs de cada município/região do RN em que o IFRN oferta os cursos; estabelecem-se relações entre os cursos e as potencialidades econômicas/APLs; e verifica-se como os cursos se relacionam com a proposta de desenvolvimento local do município/região. Trata-se de pesquisa qualitativa e exploratório-descritiva. Para a coleta de dados foram usados Decretos e Leis do Governo Federal, dados econômicos do Governo do Rio Grande do Norte e os Planos de Curso dos cursos do IFRN. Entre os principais referenciais utilizados na pesquisa destacam-se: Frigotto, Freire, Haddad, Hall e Dowbor, entre outros. A análise dos dados permite ilacionar que os cursos foram concebidos a partir de uma lógica de desenvolvimento local e regional, uma vez que foram estruturados a partir de focos tecnológicos que guardam sintonia com as vocações econômicas e visam atender não só as exigências do mundo do trabalho, mas também manter um vínculo direto e estreito com a comunidade. Esses cursos têm como meta proporcionar aos jovens e adultos trabalhadores ações educativas que garantam a sua formação integral (cidadã e profissional) e a sua intervenção efetiva no desenvolvimento do município/região a que pertencem.

Palavras-chave: PROEJA. Educação profissional. Potencialidades econômicas. APLs. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The work deals with the relationship of youth and adult education, vocational education and local development. It discusses this relationship from the innovations contained in the education reforms proposed by the Government Lula da Silva. It aims to analyze the insertion of PROEJA, specifically IFRN – campi Currais Novos, Ipanguaçu, Mossoró and Natal-North Zone – for the respective cities/regions of Rio Grande do Norte, a conception of local development. It identifies the profile of courses (foundations, objectives, opportunity for professional training), it identifies the potential economic/clusters in each county/region in which the RN IFRN offer courses; settling relations between the courses and economic potentialities/APLs, and it appears as courses related to the proposed development site in the city/region. This is qualitative research and exploratory-descriptive. To collect the data was used Decrees and Laws of the Federal Government's economic data the government of Rio Grande do Norte and Plans of the courses of IFRN Course. Among the major references used in the research include: Frigotto, Freire, Haddad, Hall and Dowbor, among others. Data analysis allows to conclude that the courses were designed from a logic of local and regional development, since it was structured from outbreaks that keep technology aligned with the economic vocations and seek to meet not only the demands of the workplace but also maintain a close and direct link with the community. That the courses aim to provide young people and adult workers in educational activities to ensure their full training (citizen and professional) and its effective intervention in the development of the municipality/region to which they belong.

Keywords: PROEJA. Professional education. Economic potentialities. APLs. Local development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	IFRN – Campus Currais Novos	27
Fotografia 2	IFRN – Campus Ipanguaçu	30
Fotografia 3	IFRN – Campus Natal–Zona Norte	35
Fotografia 4	IFRN – Campus Mossoró	38
Mapa 1	Mapa do Brasil por regiões, destacando a região Nordeste e, nesta, o Estado do Rio Grande do Norte	42
Mapa 2	Mapa do Rio Grande do Norte por mesorregiões	43
Mapa 3	Mapa do Rio Grande do Norte por microrregiões	43
Mapa 4	Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Currais Novos em destaque	45
Mapa 5	Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Ipanguaçu em destaque	46
Mapa 6	Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Mossoró em destaque	48
Mapa 7	Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Natal em destaque	49

LISTA DE SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
APLs	Arranjos Produtivos Locais
BIRD	Banco Mundial
CEFET-RN	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CETANVALE	Centro de Tecnologias em Agronegócios do Vale do Açu
CNEC	Campanha Nacional das Escolas da Comunidade
CTQueijo	Centro Tecnológico do Queijo
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra a Seca
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
OEA	Organização dos Estados Americanos
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDEC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	IDENTIFICANDO O PERFIL DOS CURSOS DO PROEJA OFERTADOS PELO IFRN	19
2.1	CURSO TÉCNICO EM ALIMENTOS NO CAMPUS CURRAIS NOVOS	26
2.2	CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA NO CAMPUS IPANGUAÇU	30
2.3	CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA NO CAMPUS NATAL–ZONA NORTE	34
2.4	CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES NO CAMPUS MOSSORÓ	38
3	IDENTIFICANDO AS POTENCIALIDADES ECÔNOMICAS/APLs DOS MUNICÍPIOS/REGIÕES DO RIO GRANDE DO NORTE EM QUE O IFRN OFERTA CURSOS DO PROEJA	42
3.1	MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS	44
3.2	MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU	46
3.3	MUNICÍPIO DE MOSSORÓ	47
3.4	MUNICÍPIO DE NATAL	49
4	ESTABELECENDO RELAÇÕES ENTRE OS CURSOS DO PROEJA E AS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS/APLs DE CADA MUNICÍPIO/REGIÃO DO RIO GRANDE DO NORTE EM QUE SÃO OFERTADOS	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma reflexão acerca dos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), enfocando especificamente a relação entre esses cursos e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico nos lugares em que eles são ofertados. A meta é detectar como o IFRN concretiza a proposta do PROEJA, ou seja, como implementa uma educação para jovens e adultos fixada em três pilares: formação geral, formação profissional e desenvolvimento local.

Até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil era concebida, pelo Estado, como sinônimo de alfabetização de adultos. As raras ações existentes eram marcadas pela descontinuidade. Na verdade nunca existiram políticas públicas capazes de atender a uma clientela significativa da população que havia deixado a escola ou a ela não teve acesso em idade própria. O que existia eram campanhas de combate ao analfabetismo, muitas vezes desenvolvidas fora de ambientes escolares e concretizadas em qualquer espaço: na família, na igreja, nos partidos políticos, nos locais de trabalho. Eram momentos isolados de educação, sem qualquer articulação com a educação básica como um todo e com a formação para o trabalho, em particular.

A educação de pessoas jovens e adultas veio sendo reconhecida como um direito desde os anos 30, ganhando relevância com as campanhas de alfabetização das décadas de 40 e 50, com os movimentos de cultura popular dos anos 60, com o Mobral e o ensino supletivo dos governos militares e a Fundação Educar da Nova República (HADDAD, 2005, p. 111, grifo nosso).

O primeiro passo para mudar essa concepção veio com a Constituição Federal de 1988. Esse diploma legal, no artigo 208, incisos I e II, ampliou o dever do Estado para com todos aqueles que não possuem escolaridade básica, independentemente da idade, ou seja, estabeleceu a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para

todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (os jovens e adultos), bem como a progressiva universalização do ensino médio gratuito¹.

Em 1996, com o advento da LDBN, a EJA assumiu a forma de **modalidade de ensino**, ou seja, de um modo, uma maneira, uma metodologia própria de fazer educação. Isso implica considerar, na formulação de propostas curriculares, a identidade dos sujeitos jovens e adultos atendidos, seus saberes e experiências de mundo, seus perfis de estudantes e as faixas etárias.

O Conselheiro Jamil Cury, no Parecer nº 11/2000, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), assim se expressa:

Não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização. A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Ora, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho (BRASIL, 2000, p. 9-10, grifo nosso).

A partir de 2003, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado e criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), encarregada de planejar e organizar, entre outras, as políticas de educação de jovens e adultos.

Em 2005, o Governo Lula da Silva – no bojo de sua contrarreforma da educação pública brasileira – passou a conceber a EJA de forma inovadora, articulando-a com a educação profissional. Para consolidar a articulação dessas áreas instituiu, através do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, o **Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, restrito ao âmbito das instituições federais de educação tecnológica: Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

¹ A Emenda Constitucional nº 59, de 2009 deu nova redação ao inciso I do artigo 208: “I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (grifo nosso).

Um ano depois, promulgou o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, revogando o anteriormente mencionado e ampliando o raio de ação do programa – do apenas ensino médio para a educação básica – bem como o espectro de abrangência das instituições ofertantes – das instituições federais de educação tecnológica para o âmbito federal, incluindo toda a rede de instituições federais de educação profissional (além das instituições já mencionadas, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II), as instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e as entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (sistema S). O programa passou, então, a denominar-se **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**.

O PROEJA visa oferecer a jovens e adultos trabalhadores que não tiveram, na idade própria, a oportunidade de frequentar uma escola ou que dela se evadiram pelos mais variados motivos, cursos e programas de educação profissional nas categorias **formação inicial e continuada de trabalhadores**, e **educação profissional técnica de nível médio**. A primeira categoria articula a educação profissional ao ensino fundamental na modalidade EJA, objetivando a elevação do nível de escolaridade. A segunda, orientada ao exercício de profissões técnicas, associa a educação profissional ao ensino médio na modalidade EJA, com a possibilidade de ser desenvolvida de duas formas: a integrada e a concomitante (BRASIL, 2006; MACHADO, 2006).

Dessa forma, o governo se propõe atender a uma demanda de jovens e adultos trabalhadores excluídos do sistema educacional, mas que constitui uma parcela significativa da população economicamente ativa brasileira.

Não é demais lembrar, apoiado no Documento Base do PROEJA: educação profissional técnica de nível médio/ensino médio e em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): em 2002, o Brasil possuía 23 milhões de jovens com idade entre 18 e 24 anos, dos quais apenas 5,4 milhões (23%) tinham emprego no mercado de trabalho formal. Em 2003, aproximadamente 87% da população não possuíam sequer 11 anos de estudos, ou seja, não haviam concluído o ensino médio. E em 2008, o país possuía, ainda, mais de 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais (pessoas que não conseguem ler ou escrever um bilhete simples), e

mais de 30 milhões de analfabetos funcionais (pessoas com 15 anos ou mais e menos de quatro anos de estudo completos) (BRASIL, 2007a; IBGE, 2009).

De acordo com esse Documento Base, os excluídos são sujeitos

Com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (BRASIL, 2007a, p. 11).

Juntos, esses dados revelam não só a extrema dificuldade que os trabalhadores brasileiros enfrentam para obter colocação no mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, mas também e, principalmente, para o próprio exercício de sua cidadania.

Por conta disso, o PROEJA visa não apenas ao atendimento da formação profissional de jovens e adultos trabalhadores, mas também formação básica para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento pessoal. Pressupõe, assim, assumir a condição humanizadora da educação, uma vez que o que se pretende

É a **formação humana**, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, **integrada a uma formação profissional** que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa.

[Por isso, o programa] tem como fundamento a integração entre trabalho, ciência, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional com condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania (BRASIL, 2007a, p. 5; 13, grifo nosso).

A esse respeito, o professor Dante Moura afirma:

A integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos tem potencial de tornar-se muito significativa para os jovens e adultos aos quais foi negado o direito de acesso e/ou de conclusão da educação básica na faixa etária de suas vidas denominada de *idade própria ou regular*, [à medida que visa] proporcionar a formação integral dos jovens e adultos por meio de cursos que integrem trabalho, ciência & tecnologia e cultura, como categorias indissociáveis e constituintes da formação humana (MOURA, 2008, p. 1, grifo do autor).

Assim posto, pode-se ilacionar que a intenção do PROEJA é a formação omnilateral do jovem e adulto trabalhador, em oposição à formação unilateral imposta pelo capital através da divisão do trabalho, da separação entre o trabalho manual e o intelectual.

A omnilateralidade corresponde à concepção de que o ser humano deve ser integralmente desenvolvido em todas as suas potencialidades, através de um processo educacional que leve em consideração a formação científica, a política e a estética, que articule trabalho e conhecimento, permitindo a intervenção subjetiva do sujeito que assumiria a condição autônoma do processo (GERMANO, 1994; KUENZER, 2001; LOBO NETO, 2010; LÚCIO, 2010).

Compreender o ser enquanto omnilateral significa proporcionar condições para que possa, diante as atrocidades do capital, se sobressair de forma consciente e autônoma, como seres demandantes de direitos e deveres, mas que compreende a ação praticada na sociedade capitalista. A educação, portanto, visaria proporcionar as ferramentas possíveis, o interrelacionamento entre o pensar e o agir, favorecendo, inclusive, conhecimentos para além da estrutura dominante do capital (LÚCIO, 2010, p. 2).

O PROEJA, assim, procura estabelecer uma concepção peculiar de educação, voltada especificamente para o universo do jovem e do adulto trabalhador, reconhecido como sujeito de direitos idênticos aos do restante da população e portador de uma prática social, experiência de vida, forma de pensar a realidade, trabalho e formação bastante diferenciada das crianças e dos adolescentes (HADDAD, 2005).

O princípio norteador desse programa educacional é, portanto, a formação integral do cidadão. Afinal,

Aspira-se a uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais (BRASIL, 2007b, p. 7).

Em outras palavras, uma formação que contribua para o exercício de uma cidadania ativa de jovens e adultos trabalhadores na economia, política, nas atividades socioculturais e no mundo do trabalho. Enfim, uma “formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele” (BRASIL, 2007b, p. 13).

Essa perspectiva se coaduna com o pensamento do professor Paulo Freire, quando afirma:

Meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém [na realidade] como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História* mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me adaptar mas para *mudar*, [para transformar a realidade]. [...] Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra (FREIRE, 1996, p. 77, grifo do autor).

Para concretizar essa premissa, o Decreto nº 5.840/2006, em seu art. 2º combinado com o parágrafo único do art. 5º, foi imperioso: determinou às instituições federais de educação profissional que implantassem, a partir de 2006, cursos e programas regulares do PROEJA que guardassem, preferencialmente, sintonia com as demandas de nível local e regional, a fim de contribuir com o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico e cultural (BRASIL, 2006).

Vale observar que as instituições federais de educação profissional, salvo algumas poucas exceções, não têm qualquer experiência na oferta dessa modalidade educacional – EJA –, embora sejam detentoras de larga experiência na oferta de educação profissional integrada ao ensino médio, de caráter público, gratuito e de qualidade (MOURA, 2008).

O IFRN² então, atendendo a esse mandamento legal, ofertou, no segundo semestre de 2006, cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos nos campi Currais Novos, Ipanguaçu, Mossoró e Natal–Zona Norte.

Por todo do exposto, sentimo-nos motivados a realizar a presente pesquisa, propondo como questão central: **qual contribuição o PROEJA, desenvolvido no IFRN, traz para os municípios/regiões do Rio Grande do Norte numa concepção de desenvolvimento local?**

Estabelecemos como objetivo **analisar a contribuição do PROEJA, instituído no IFRN, para os municípios/regiões do Rio Grande do Norte numa concepção de desenvolvimento local**. Para tanto, nos propomos: a) identificar o perfil (fundamentos, objetivos, perspectiva de qualificação profissional) dos cursos

² Sob a denominação, à época, de Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN). O IFRN foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da transformação do CEFET-RN.

do PROEJA ofertados pelo IFRN; b) identificar as potencialidades econômicas/arranjos produtivos locais (APLs) de cada município/região do Rio Grande do Norte em que o IFRN oferta cursos do PROEJA; c) estabelecer relações entre os cursos ofertados e as potencialidades econômicas/APLs; e d) verificar como os cursos se relacionam com a proposta de desenvolvimento local do município/região.

O privilégio dado à dimensão econômica local na análise dos cursos do PROEJA não está vinculada a uma perspectiva teórica que enxerga o econômico como aspecto determinante do social e do cultural. Ao contrário, conforme pode ser identificado nas referências, percebemos um estreito vínculo entre todas essas dimensões. Todavia, para efeito de delimitação do campo de investigação, optamos por trabalhar, particularmente, com uma das dimensões propostas pelo PROEJA: a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho.

A relevância da presente pesquisa relaciona-se ao suprimento da escassez de reflexões teóricas nesse novo campo de conhecimento – educação profissional integrada à educação básica na modalidade EJA – e a contribuição que o tema oferece, ao se propor refletir acerca dos cursos técnicos de nível médio integrados na modalidade EJA e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico nos lugares em que eles são ofertados.

No que se refere ao caminho metodológico percorrido é necessário estabelecer alguns comentários. A pesquisa, como atividade básica da ciência, vincula pensamento e ação, constituindo-se num procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é responder a um problema inicialmente proposto, a metodologia é, pois, aqui compreendida como o caminho do pensamento revelado na escolha da melhor maneira de abordar o problema, tal como indicam os estudos de Gil (1991), Minayo (1994), Silva e Menezes (2001), Lakatos e Marconi (2003) e Diehl e Tatim (2004). Assim, nossa investigação foi produzida, por um lado, a partir de concepções teóricas de diversos autores, entre os quais, Gaudêncio Frigotto, Paulo Freire, Sérgio Haddad, Stuart Hall e Ladislau Dowbor e, por outro, de dados colhidos de instituições governamentais, tais como o IBGE, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (SEDEC), que possibilitaram a construção empírica do objeto investigado.

De forma ampla, este trabalho pode ser classificado na categoria qualitativa e exploratório-descritiva. Seu caráter qualitativo decorre do aspecto descritivo, do ambiente natural ser a fonte direta para a coleta de dados e do fato de não requerer o uso de métodos e técnicas estatísticas, pois há uma relação indissociável entre a realidade analisada e os sujeitos envolvidos que não pode ser traduzido em números. Seu caráter exploratório-descritivo visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito e a descrever as características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

No tocante aos procedimentos técnicos, assume a categoria de pesquisa bibliográfica e documental, por ser elaborado a partir de materiais já publicados (livros, artigos, pesquisas, jornais, mapas, censos e estatísticas, constituição, leis e decretos, planos de cursos, documentos base do PROEJA e fotografias), objetivando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática imediata prevista.

Do ponto de vista da estrutura, este trabalho está organizado em três capítulos: no primeiro, identificamos o perfil dos cursos do PROEJA ofertados pelo IFRN. Nosso interesse no capítulo é identificar os fundamentos, os objetivos, e as perspectivas de qualificação profissional, no intuito de refletir como os cursos concebem a inserção dos educandos nos diversos setores da economia.

No segundo capítulo, identificamos as potencialidades econômicas/APLs de cada município/região do Rio Grande do Norte em que o IFRN oferta cursos do PROEJA. Nossa meta, nesse capítulo, é detectar se as vocações econômicas locais foram observadas na escolhas dos cursos ofertados.

No terceiro e último capítulo, estabelecemos relações entre os cursos e as potencialidades econômicas/APLs e verificamos como os cursos se relacionam com a proposta de desenvolvimento local do município/região. Nesse capítulo temos por objetivo analisar como o IFRN vem concretizando a relação entre educação profissional, mundo do trabalho e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico nos lugares onde os cursos são ofertados.

2 IDENTIFICANDO O PERFIL DOS CURSOS DO PROEJA OFERTADOS PELO IFRN

Os cursos do PROEJA, ofertados pelo IFRN, se inserem no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Lula da Silva, a sua contrarreforma³ da educação pública brasileira.

Para melhor compreensão do alcance dessa ação é necessário situar a questão num contexto mais amplo. Assim, nosso ponto de partida serão as três últimas décadas do século XX, as quais assinalam um novo cenário econômico, geopolítico e cultural, em consequência da reestruturação do sistema capitalista mundial sob a égide da agenda neoliberal ou, simplesmente, do neoliberalismo⁴.

As transformações ocorridas que nos atingem a todos ganharam maior visibilidade com o processo de globalização do espaço econômico mundial, mediante a mercantilização e a financeirização de todas as relações econômicas e sociais, a introdução de novas tecnologias (informática, telecomunicações, biotecnologia, novas formas de energia e novos materiais), a instauração de um complexo processo de reestruturação produtiva (novas formas de organização do trabalho, modelos de produção, programas de redução de custos e circulação das mercadorias), o acirramento da competitividade internacional entre as empresas, as mudanças nas formas de emprego e, sobretudo, o delineamento de um novo perfil de trabalhador multifuncional (ou polivalente) adequado às novas necessidades do mundo do trabalho, com reflexos imediatos sobre a educação e, em particular, nos sistemas de formação profissional (HARVEY, 1992; DOWBOR, 1996; RÉGNIER, 1997; CIAVATTA, 2006).

³ Usamos a expressão contrarreforma para diferenciar, particularmente, as propostas do Governo Lula da Silva das propostas do Governo Fernando Henrique Cardoso. Isso porque as propostas de educação profissional dos dois governos são extremamente diferenciadas.

⁴ Os dois grandes expoentes políticos que deram início a essa nova concepção do capitalismo, colocando, efetivamente, em prática o receituário neoliberal, foram a primeira ministra Margaret Thatcher, eleita na Inglaterra em 1979, e o presidente Ronald Reagan, eleito nos Estados Unidos em 1980 (ANDERSON, 1995). O Brasil se integra a essa nova ordem econômica mundial – neoliberalismo – a partir da década de 1990, com o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, de forma mais robusta, ao longo das duas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002).

Com efeito, passou-se a exigir do trabalhador dos novos tempos, não apenas o domínio de um conjunto de conhecimentos e habilidades práticas relacionadas com o desenvolvimento de uma ocupação determinada, mas, sim, um sólido conhecimento técnico geral, excelente capacidade de interpretar textos escritos e verbalizados, raciocínio lógico e iniciativa para resolver problemas, aptidão para trabalhar em equipe e disposição para o autodesenvolvimento, para o aprendizado permanente (RÉGNIER, 1997; HANASHIRO; TEIXEIRA; ZACCARELLI, 2008; CHIAVENATO, 2009).

A julgar pela baixa escolaridade da população brasileira – o Brasil possuía ainda em 2008, mais de 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, e mais de 30 milhões de analfabetos funcionais (pessoas com 15 anos ou mais e menos de quatro anos de estudo completos), em que pese à quase universalização do ensino fundamental: 97% das crianças de 7 a 14 anos estão na escola –, pode-se ilacionar que os trabalhadores do país foram severamente atingidos pelo processo de globalização (BRASIL, 2007b; IBGE, 2009).

Essa ilação se coaduna com o Documento Base do PROEJA: educação profissional técnica de nível médio/ensino médio: o Brasil possuía, em 2002, 23 milhões de jovens com idade entre 18 e 24 anos, dos quais apenas 5,3 milhões – 23% dos jovens dessa faixa etária – tinham emprego no mundo de trabalho formal. Por outro lado, em 2003, cerca de 23 milhões de brasileiros – 13% do total da população do país – possuíam 11 anos de estudo, ou seja, haviam concluído a última etapa da educação básica e, conseqüentemente, 87% da população brasileira não possui ensino médio concluído (BRASIL, 2007a).

Os dados revelam não só a extrema dificuldade que os trabalhadores brasileiros enfrentam para obter colocação no mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, mas também para o próprio exercício da cidadania. A esse respeito, Machado (2006, p. 38) destaca: “a falta de qualificação dos trabalhadores, especialmente no que se refere à educação básica, constitui um dos mais significativos gargalos econômicos”.

Dessa forma, é emergencial que “a educação escolar básica – ensino fundamental e médio – [adote] uma função estratégica central dentro da construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico” (FRIGOTTO, 2005, p. 72-73).

No âmbito das transformações ocorridas, o papel e a função social da educação crescem em importância, implicando revisões nas políticas e práticas educacionais em inúmeros países. Na América Latina e no Caribe e, particularmente, no Brasil, as reformas educativas implementadas na década de 1990, em consonância com os programas de ajuste e de estabilização demandados pelo processo de reestruturação do Estado e do setor público, foram orientadas por diferentes organismos internacionais de desenvolvimento como o Banco Mundial (BIRD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (CABRAL NETO; RODRIGUEZ, 2007).

De modo especial, o BIRD, em consequência de financiamento e de assessoria internacional, recomendava, entre outras ações, a universalização da educação geral (no caso do Brasil, o ensino fundamental), a descentralização (na mesma lógica da redução do papel do Estado em relação à promoção de políticas sociais), a autonomia escolar, a participação da comunidade na gestão escolar, a criação de sistemas nacionais de avaliação de desempenho e de valorização docente, os parâmetros e diretrizes curriculares nacionais, os programas específicos de treinamento/formação profissional, e a mudança na estrutura da educação técnica e profissional, no sentido de separar a formação propedêutica da formação técnica, a fim de vincular mais estreitamente a capacitação ao setor econômico (CIAVATTA, 2006; CABRAL NETO; RODRIGUEZ, 2007).

Na verdade, implica-se nessa concepção a ideia de reformar a educação em todas as suas dimensões, tornando-a mais flexível e capaz de responder às demandas contextuais para aumentar a competitividade dos países, particularmente daqueles em processo de desenvolvimento [o caso do Brasil], para que estes possam se integrar, de forma competitiva, no mundo globalizado (CABRAL NETO; RODRIGUEZ, 2007, p.14).

Nesse contexto pós-moderno⁵, o Presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou o Decreto nº 2.208, em 17 de abril de 1997 – regulamentando a educação profissional no país – que foi complementado pela Portaria nº 646, de 14

⁵ Neste trabalho, utilizamos esse termo para caracterizar, conforme Thomé (2009), o contexto histórico a que estamos nos referindo, marcado pelas profundas transformações nos campos econômico, geopolítico, tecnológico e cultural e nas formas de sociabilidade, como as que se vêm experimentando a partir da década de 1970 do século XX, motivadas pela globalização econômica.

de maio de 1997, do MEC, trazendo profundas mudanças ao ensino médio técnico e à formação profissional no Brasil, com destaque fundamental para a separação compulsória do ensino médio (propedêutico) do ensino técnico (profissionalizante), impedindo, assim, a formação integral do sujeito (geral e profissional) por meio de um mesmo currículo. Ou seja, proibiu que o ensino médio propiciasse também a formação técnica.

O Decreto nº 2.208/1997 estabeleceu os objetivos da educação profissional nacional, com viés claro de adequar o futuro profissional ao mundo do trabalho; instituiu três níveis de educação profissional: o básico (destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, sem requisitos de escolaridade), o técnico (de nível médio, organizado em módulos com caráter de terminalidade, e destinado a alunos matriculados ou egressos do ensino médio) e o tecnológico (de nível superior, destinados a egressos do ensino médio e técnico); estabeleceu que a educação profissional de nível técnico tivesse organização curricular própria e independente do ensino médio; e um sistema nacional de certificação de competências na área da educação profissional. A Portaria ministerial previu a oferta de cursos técnicos concomitantes com o ensino médio (com duas matrículas na mesma escola ou em escolas diferentes); e de cursos técnicos subsequentes, destinados a egressos do ensino médio (visando ao retorno à escola para a formação técnica) (BRASIL, 1997a; 1997b).

Em seguida, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, acrescentando § 5º ao artigo 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, inviabilizando a expansão da educação profissional no Brasil, uma vez que vedou a criação de novas unidades de ensino técnico/agrotécnico pela União, conforme se pode depreender da transcrição, *in verbis*, do referido parágrafo:

§ 5º. A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Esse quadro só começou a mudar com a eleição, em outubro de 2002, do Presidente Lula da Silva. Em consequência do compromisso assumido com a

sociedade na proposta de governo, o Presidente Lula da Silva, no bojo da sua contrarreforma da educação no país, revogou o Decreto nº 2.208/1997 e exarou, em 2004, o Decreto nº 5.154, em 23 de julho de 2004, com destaque fundamental para o restabelecimento da integração curricular dos ensino médio (propedêutico) e técnico (profissionalizante), por meio de um mesmo currículo.

De acordo com o Decreto nº 5.154/2004, que passou a regulamentar a educação profissional no país, conforme prevista no art. 39 da LDBN, dispõe que essa modalidade de ensino será organizada por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica, bem como articulará esforços das áreas de educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; desenvolvida por meio de cursos e programas: 1) de formação inicial e continuada de trabalhadores, 2) de educação profissional técnica de nível médio, e 3) de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação; e que esses cursos articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos – como é o caso do PROEJA –, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. Além disso, estabeleceu que a educação profissional técnica de nível médio será articulada com o ensino médio de forma: **integrada**, oferecida a quem já tenha concluído o ensino fundamental e contando com matrícula única para cada aluno; **concomitante**, para quem esteja cursando o ensino médio, e deseje complementar esse curso com a formação técnica, com matrículas distintas para cada curso; e **subsequente**, para quem já concluiu o ensino médio (BRASIL, 1996, 2004).

O que se pretendia resgatar com o Decreto nº 5.154/2004, nas palavras de Frigotto, Ciavatta e Ramos, na sua análise da gênese desse Decreto, é

A consolidação da base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 32).

Na sequência, o Presidente Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, dando nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 – transcrição, *in verbis*, a seguir – como forma de viabilizar seu projeto de expansão da educação profissional no Brasil, pela União.

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005a, grifo nosso).

A alteração substitui apenas a palavra somente por preferencialmente. Mas o suficiente para permitir à União criar novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Pública Federal, quando não for possível estabelecer parcerias com entes públicos ou privados que se comprometam com a manutenção e gestão das escolas.

A Lei 11.195/2005 foi complementada pela sanção da Lei nº 11.249, de 23 de dezembro de 2005, que destinou ao MEC, crédito adicional no valor de R\$ 57 milhões, para iniciar a execução do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo objetivo é aumentar significativamente o número de escolas dessa rede em todo o país e, por conseguinte, ampliar a oferta de vagas de formação profissional a jovens e adultos trabalhadores, com qualidade, atendendo aos diversos setores da economia brasileira (BRASIL, 2005b; BRASIL, 2007).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sua gênese, em 1909, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, pelo então Presidente Nilo Peçanha. No período de 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades de ensino (Centros Federais, Escolas Técnicas, Escolas Agrotécnicas e Unidades de Ensino Descentralizadas) no país. Com o Plano de Expansão, o Governo Lula da Silva prevê a construção, em cinco anos, de 214 novas Unidades de Ensino, sendo 64 construídas na primeira fase da expansão (lançada em 2005) e mais 150 na segunda fase (lançada em 2007), perfazendo um total de 354 Unidades na Rede até o final de 2010, cobrindo todas as regiões e Estados do país, além do Distrito Federal, com uma oferta de cerca de 500 mil vagas em cursos de qualificação, ensino técnico, superior e de pós-graduação (BRASIL, 2007c).

O Estado do Rio Grande do Norte foi contemplado, na primeira fase da expansão, com a construção de três campi (denominação dada às Unidades de Ensino após a transformação dos Centros Federais em Institutos Federais): **Campus Currais Novos, Campus Ipanguaçu e Campus Natal–Zona Norte**, sendo os dois

primeiros localizados nos municípios homônimos no interior do Estado e o último, na zona norte da capital do estado, município de Natal, todos vinculados ao IFRN.

Nesse contexto de expansão que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica vem experimentando, o PROEJA busca se firmar como um espaço promissor para jovens e adultos trabalhadores, não só por visar reinserir esses sujeitos no sistema escolar brasileiro garantindo-lhes uma formação básica consistente para o efetivo exercício da cidadania, como também por oferecer-lhes qualificação para o trabalho (formação profissional), haja vista ser um Programa que propõe articular a educação profissional com a educação básica, na perspectiva de uma formação integral para a cidadania.

Todavia, “a elevação da escolarização e a educação profissional e tecnológica precisam estar associadas aos recursos mobilizáveis para o desenvolvimento local, integrado e sustentável” (MACHADO, 2006, p.38).

O grande desafio que se põe é, pois, o de formar e qualificar jovens e adultos trabalhadores, no âmbito da educação profissional, para os diversos setores da economia, em consonância com as demandas de nível local e regional, além de garantir-lhes uma efetiva incorporação à sociedade, de forma participativa, ética e crítica, o que, certamente, contribuirá para o desenvolvimento sócio-político-cultural.

Esse desafio se coaduna, particularmente, com a função social do IFRN⁶ que é a de

Promover educação científico-tecnológico-humanística visando à formação integral do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido efetivamente com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, através da formação inicial e continuada de trabalhadores; da educação profissional técnica de nível médio; da educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; e da formação de professores fundamentadas na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006c, p. 5).

Diante desse cenário, o IFRN ofertou, no segundo semestre de 2006, o Curso Técnico de Nível Médio Integrado em **Alimentos**, no Campus Currais Novos; em **Agroecologia**, no Campus Ipanguaçu; em **Informática**, no Campus Natal–Zona Norte; e em **Edificações**, no Campus Mossoró; todos na modalidade EJA⁷.

⁶ Esta era a função social definida para o CEFET-RN. Com a mudança de CEFET-RN para IFRN, a nova função social está em construção para se adequar a essa nova institucionalidade.

⁷ Neste estudo nos limitaremos a analisar apenas os cursos ofertados no segundo semestre de 2006.

Todos esses cursos foram fundamentados nas bases legais e nos princípios norteadores explicitados na LDBN e no conjunto de decretos, resoluções, pareceres e diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional, ensino médio e educação de jovens e adultos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d).

As matrizes curriculares dos cursos estão constituídas por bases de conhecimentos científicos (educação básica) e tecnológicos (educação profissional). A primeira, abrangendo disciplinas das três áreas de conhecimento do ensino médio (Linguagens, códigos e suas tecnologias; Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias; e Ciências humanas e suas tecnologias. A segunda, integrando disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho, para uma articulação entre esse e os conhecimentos acadêmicos, e para a formação profissional específica.

A matriz curricular de cada curso estará constituída pelas disciplinas orientadas pelos perfis profissionais de conclusão, ensejando ao educando a formação de uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como a aplicação de conhecimentos teórico-práticos específicos de uma área profissional, contribuindo para uma sólida formação técnico-humanística (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006e, p. 3).

Com efeito, o IFRN

Ao integrar a Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade EJA, inova pedagogicamente sua concepção de Ensino Médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina, por meio de um currículo integrador de conteúdos do mundo do trabalho e da prática social do aluno, levando em conta os saberes de diferentes áreas do conhecimento (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d, p. 5-6).

2.1 CURSO TÉCNICO EM ALIMENTOS NO CAMPUS CURRAIS NOVOS

O Campus Currais Novos teve sua instalação viabilizada por cessão de um terreno pelo Governo do Estado, localizado ao lado do Centro Tecnológico do

Queijo (CTQueijo)⁸, sendo esse, inclusive, incorporado ao Campus. Como cidade polo, sua área de abrangência compreende 13 municípios situados na microrregião do Seridó, englobando uma população de cerca de 160 mil habitantes.



Fotografia 1: IFRN – Campus Currais Novos
Fonte: O Autor (2010)

A atuação do Campus está voltada para a formação e qualificação profissional de adolescentes, jovens e adultos trabalhadores mediante a oferta de cursos técnicos de nível médio nos eixos tecnológicos de Produção Alimentícia (curso técnico em Alimentos) e de Informação e Comunicação (cursos técnicos em Informática e em Manutenção de Computadores), mas possui capacidade para ampliar sua oferta educacional para os eixos de Recursos Naturais e de Infraestrutura. Além disso, oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, também nessas áreas.

Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 1.203, de 29 de junho de 2006, do MEC, e suas atividades acadêmicas tiveram início em 25 de setembro desse ano, com duas turmas do **Curso Técnico de Nível Médio Integrado em**

⁸ O CTQueijo construído pelo governo do Estado por meio da SEDEC para promover o ensino, a pesquisa, a difusão, a capacitação tecnológica e dar apoio ao desenvolvimento da cadeia leiteira, voltadas para o pequeno produtor da região do Seridó, compõe a infraestrutura de apoio laboratorial do Campus Currais Novos desde 2006.

Alimentos na Modalidade EJA, correspondendo a uma oferta de 80 vagas (40 para o turno matutino e 40 para o turno vespertino).

O curso de Alimentos – de acordo com o **Plano de Curso** – se assenta nos seguintes fundamentos: 1) o fato de a indústria alimentícia representar 14% da economia brasileira e da região do Seridó, em particular, apresentar peculiaridades no segmento de alimentos (carne de sol) e no de laticínios (queijos de coalho e de manteiga), uma vez que esses produtos são produzidos em pequenos estabelecimentos, na maioria das vezes em condições precárias, não atendendo à demanda nem à legislação pertinente, além da falta de mão de obra qualificada para planejar, implantar, organizar e gerenciar a atividade produtiva com base em princípios tecnológicos e na legislação específica; e 2) o atendimento à demanda de jovens e adultos da região com a oferta de educação profissional técnica de nível médio e do próprio ensino médio, mediante ações educativas que resultem em um corpo teórico bem definido e respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas dessa clientela (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a).

Com efeito, esse curso

Vem ao encontro dos anseios daquela região, de maximizar a oferta de alimentos, diminuindo o desperdício através do aproveitamento de forma racional e sistemática das matérias-primas, com o uso de tecnologias apropriadas de conservação e beneficiamento, além do desenvolvimento de novos produtos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a, p. 5).

O perfil profissional do curso é formar e qualificar o educando na

Perspectiva de uma visão estratégica globalizada do setor produtivo de pequenas e micro empresas do setor alimentício, com domínio dos processos industriais nas áreas de beneficiamento, transformação, conservação e controle de qualidade dos alimentos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a, p. 5).

Dessa forma, ao final do curso o educando poderá atuar em diversas áreas, tais como processamento de alimentos, sanitização industrial, gestão da qualidade, laboratórios de controle e qualidade, além de empreender seu próprio negócio, uma vez que deverá ser capaz de:

- Conhecer as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender e aplicar os conhecimentos científico-tecnológicos, para explicar o funcionamento do mundo e dos processos produtivos, planejando, executando e avaliando ações de intervenções na realidade;
- Utilizar adequadamente a linguagem como instrumento de comunicação e interação social necessária ao desempenho da profissão;
- Cumprir normas de segurança do trabalho;
- Utilizar a informática como instrumento usual de trabalho;
- Atuar com ética, criatividade, responsabilidade e liderança;
- Participar de equipes multiprofissionais, tendo em vista a elaboração de projetos e a instalações de pequenas e micro empresas produtoras de alimentos;
- Desenvolver produtos, utilizando os fundamentos da Bioquímica e da Biotecnologia de alimentos;
- Manusear e orientar a utilização de máquinas e equipamentos de produção e conservação de alimentos;
- Manusear com técnica e correção instrumentos e equipamentos de laboratórios específicos para análises de alimentos;
- Atuar no controle de qualidade de matérias primas e produtos em processos de fabricação;
- Executar testes, ensaios, experiências e inspeções, elaborando os respectivos relatórios técnicos;
- Integrar equipes responsáveis pela implantação, execução e acompanhamento de programas de qualidade que visem à segurança alimentar;
- Acompanhar e monitorar os aspectos ambientais da empresa;
- Conhecer e aplicar as normas de desenvolvimento sustentável, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história.
- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade;
- Exercer liderança; e
- Posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a, p. 8).

A carga horária total do curso é de **3.100 horas**, sendo 2.700 horas de disciplinas distribuídas em seis semestres, e 400 horas de prática profissional, realizada, preferencialmente, na modalidade de projetos desenvolvidos no próprio Campus, a partir do quinto semestre, objetivando a integração teoria e prática e o princípio da interdisciplinaridade, além da intervenção no mundo do trabalho e na

realidade social, tendo como disciplinas âncoras a Tecnologia de Laticínios e Produtos Fermentados e a Tecnologia de Carnes, Pescados e Frutas (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a).

2.2 CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA NO CAMPUS IPANGUAÇU

O Campus Ipanguaçu foi instalado nas dependências da antiga Fazenda-Escola Cenecista Professor Arnaldo Arsênio de Azevedo⁹, escola esta criada em 1988 pela Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC) em parceria com o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS).



Fotografia 2: IFRN – Campus Ipanguaçu
Fonte: Panoramio [2007?]

⁹ Foi professor de Língua Portuguesa, Latim e Francês em diversas instituições de ensino no estado do Rio Grande do Norte, inclusive do próprio IFRN, quando ainda se denominava Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, onde exerceu diversas funções, entre as quais, a de Diretor, no período de 1974 a 1979. Sua gestão à frente da Escola Técnica foi marcada pelo ingresso da primeira mulher nos cursos regulares da instituição, em 1975. Foi também, no estado, Presidente do Conselho Estadual de Educação, Secretário de Educação e Cultura, Presidente da Diretoria Estadual da CNEC e Chefe da Delegacia Regional do Ministério da Educação.

Antes, porém, essa Fazenda-Escola, com base em um diagnóstico realizado pelo Polo de Desenvolvimento Integrado Açú-Mossoró, em março de 1999, que constatou a falta de perspectivas de seu funcionamento no ano seguinte, foi transformada em um Centro de Tecnologias em Agronegócios do Vale do Açú (CETANVALE), com o qual se pretendia oferecer educação profissional nos três níveis existentes na legislação educacional brasileira.

Todavia, essa transformação não prosperou e, finalmente em 2006, no bojo da primeira fase da expansão da rede federal de educação tecnologia, o IFRN assumiu, por cessão, toda a estrutura física da escola, instalando aí o Campus Ipanguaçu, cuja área de abrangência compreende sete municípios situados na microrregião do Vale do Açú, que têm como principal atividade econômica a agricultura irrigada, englobando uma população de cerca de 120 mil habitantes.

A atuação do Campus está voltada para a formação e qualificação profissional de adolescentes, jovens e adultos trabalhadores mediante a oferta de cursos técnicos de nível médio nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais (curso técnico em Agroecologia) e de Informação e Comunicação (cursos técnicos em Informática, em Manutenção de Computadores e em Sistemas de Informação), mas possui capacidade para ampliar sua oferta educacional para os eixos de Infraestrutura e de Ambiente, Saúde e Segurança. Além disso, oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, também nessas áreas.

Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 1.202, de 29 de junho de 2006, do MEC, e suas atividades acadêmicas tiveram início em 25 de setembro desse ano, com duas turmas do **Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agroecologia na Modalidade EJA**, correspondendo a uma oferta de 80 vagas (40 para o turno matutino e 40 para o turno vespertino).

O curso de Agroecologia – de acordo com o **Plano de Curso** – se assenta nos seguintes fundamentos: 1) o custo ambiental elevado ocasionado pelo modelo convencional de produção de alimentos agrícolas em larga escala, que compromete a sustentabilidade dos ecossistemas agrícolas; 2) o avanço tecnológico nas atividades agrícolas mediante o uso de adubos sintéticos, agrotóxicos e sementes geneticamente melhoradas, sem levar em conta os impactos ambientais, o que acarreta problemas de erosão do solo, poluição das águas, do solo, do ar e da contaminação dos alimentos; 3) a agroecologia, como modelo de transição entre a agricultura tradicional e a sustentável, que vem ganhando espaço no campo, sendo

principalmente praticada pela agricultura familiar; 4) a produção de alimentos mais saudáveis e naturais, tendo como princípio básico o uso racional dos recursos naturais; e 5) o atendimento à demanda de jovens e adultos da região com a oferta de educação profissional técnica de nível médio e do próprio ensino médio, mediante ações educativas que resultem em um corpo teórico bem definido e respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas dessa clientela (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006b).

Por isso, o enfoque agroecológico assumido no curso

Constitui-se em uma alternativa ao modelo convencional de produção, que utiliza pacotes tecnológicos para implantação de políticas de desenvolvimento agrícola, usando grandes quantidades de agrotóxicos com o objetivo de aumentar a produtividade. Constitui-se um desafio para promover um modelo técnico-científico que viabilize uma agricultura socialmente não-excludente, agregando valores à cadeia produtiva visando assegurar a sustentabilidade social, ambiental e econômica dos agroecossistemas (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006b, p. 5).

O curso em Agroecologia tem como objetivo geral

Formar profissionais-cidadãos competentes técnica, ética e politicamente, para enfrentar o desafio de manter o homem no campo, elevando a qualidade de vida das famílias rurais e voltando-se para a obtenção de produtos em harmonia com o meio ambiente. Este profissional deverá desempenhar suas atividades, demonstrando um elevado grau de responsabilidade social, no uso de meios naturais ou ecologicamente seguros que garantam a produtividade econômica das culturas, sem causar danos expressivos ao solo, à água e à qualidade dos alimentos, promovendo assim a segurança alimentar e a sustentabilidade da agricultura (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006b, p. 5).

e como específicos

- Atender à demanda regional por profissionais habilitados para a realização, orientação e gerenciamento dos processos de produção e transformação de produtos agropecuários, segundo os princípios da agroecologia;
- Possibilitar o acesso ao conhecimento das formas de produção agropecuária, segundo os princípios da agroecologia;
- Capacitar profissionais que atendam, com eficiência, à produção de gêneros alimentícios de qualidade, capazes de suprir as demandas das comunidades e ainda sejam capazes de produzir riquezas, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas envolvidas, conservando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável.

- Desenvolver a capacidade de aplicar novas técnicas e tecnologias inclusive em outras habilitações da mesma área profissional;
- Propiciar a formação de formadores para atuarem junto a pequeno(as) agricultores(as), com base em referências agroecológicas;
- Possibilitar estudos e pesquisa voltados para o planejamento e para o desenvolvimento da produção e organização do espaço geográfico das áreas de assentamentos e comunidades de pequenos agricultores da região (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006b, p. 5-6).

O perfil profissional do curso é formar e qualificar o educando “a desempenhar atividades voltadas para a produção de alimentos de qualidade, saudáveis e sem agrotóxicos, respeitando o ambiente e valorizando o homem e o seu trabalho” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006b, p. 8).

Com efeito, espera-se que ao final do curso o educando seja capaz de:

- Conhecer as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Compreender o processo de evolução da agricultura, os diversos modelos e avaliar as características socioeconômicas de cada modelo;
- Conhecer as bases científicas e tecnológicas da Agroecologia;
- Analisar sistemas de produção, considerando os aspectos de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental;
- Analisar as características dos ecossistemas relacionando-os à atividade agropecuária;
- Assessorar estudos de implantação e desenvolvimento de projetos de produção segundo os princípios da agroecologia;
- Aplicar métodos e técnicas de conservação e recuperação do solo;
- Orientar quanto ao manejo agroecológico do solo, considerando suas características físicas, químicas e biológicas;
- Planejar a utilização dos recursos naturais renováveis e não-renováveis;
- Planejar e orientar a implantação de sistemas e métodos de controle de insetos, doenças e plantas espontâneas, utilizando princípios agroecológicos;
- Realizar, com competência técnica e ética, o manejo agroecológico das culturas regionais, olerícolas regionais, fruticultura e criação de animais;
- Estimular a participação e o compromisso coletivo no desenvolvimento de projetos agrícolas, utilizando práticas de cooperação e organização entre agricultores;
- Orientar para o uso adequado dos equipamentos eletromecânicos e para as instalações industriais e de pequeno porte ligadas à agricultura;

- Orientar a elaboração de projetos de infraestrutura de apoio e as instalações rurais para a produção agropecuária.
- Orientar processos de conservação, processamento, armazenamento de matéria-prima e industrialização de produtos orgânicos.
- Conhecer e aplicar as normas de desenvolvimento sustentável, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade;
- Exercer liderança; e
- Posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006b, p. 9).

A carga horária total do curso é de **3.100 horas**, sendo 2.700 horas de disciplinas distribuídas em seis semestres, e 400 horas de prática profissional, realizada, preferencialmente, na modalidade de projetos desenvolvidos no próprio Campus, a partir do 4º semestre, objetivando a integração teórico-prática e baseando-se no princípio da interdisciplinaridade, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006b).

2.3 CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA NO CAMPUS NATAL–ZONA NORTE

O Campus Natal-Zona Norte teve seu funcionamento autorizado pela Portaria nº 1.201, de 29 de junho de 2006, do MEC, ainda em fase de conclusão de suas instalações físicas. Por isso, suas atividades acadêmicas tiveram início, provisoriamente, no Campus Natal-Central, em 18 de setembro de 2006, com duas turmas do **Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática na Modalidade EJA**, correspondendo a uma oferta de 80 vagas, todas no turno vespertino. No prédio próprio, o Campus iniciou suas atividades acadêmicas em 16 de abril de 2007 (primeiro semestre letivo de 2007).

A atuação do Campus está voltada para a formação e qualificação profissional de adolescentes, jovens e adultos trabalhadores mediante a oferta de cursos técnicos de nível médio nos eixos tecnológicos de Controle e Processos

Industriais (cursos técnicos em Eletrotécnica e em Eletrônica), de Informação e Comunicação (cursos técnicos em Informática e em Manutenção de Computadores) e de Gestão e Negócios (curso técnico em Comércio). Além disso, oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, também nessas áreas.



Fotografia 3: IFRN – Campus Natal–Zona Norte
Fonte: Pinheiro (2010)

O curso de Informática – segundo o **Plano de Curso** – tem como fundamentos: 1) as transformações determinadas pela nova ordem econômica mundial, caracterizada pela célere substituição tecnológica dos sistemas produtivos, inovações que se estendem de produtos a processos industriais, e de máquinas a sistemas computadorizados e dos modernos jornais impressos aos processadores de informação; 2) o uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho; 3) a telemática, impulsionada por processos microeletrônicos, que leva informação em frações de segundos a todos os recantos do planeta; 4) o crescimento que o Estado do Rio Grande do Norte vem apresentando em todos os setores da economia; e 5) o atendimento à demanda de jovens e adultos da região com a oferta de educação profissional técnica de nível médio e do próprio ensino médio, mediante ações educativas que resultem em um corpo teórico bem definido e respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas dessa clientela (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006c).

Com efeito, esse curso se propõe a

Abandonar a formação profissional limitada para o mercado de trabalho e assumir uma perspectiva de integralidade das dimensões técnica e humana, formando profissionais-cidadãos técnicos de nível médio competentes técnica, ética e politicamente, com elevado grau de responsabilidade social, e criando, dessa forma, um novo perfil para saber, saber fazer e gerenciar atividades de concepção, especificação, projeto, implementação, avaliação, suporte e manutenção de sistemas e de tecnologias de processamento e transmissão de dados e informações, incluindo hardware, software, aspectos organizacionais e humanos, visando a aplicações na produção de bens, serviços e conhecimentos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006c, p. 5).

O perfil profissional do curso é formar e qualificar o educando para instalar, utilizar e programar *softwares*; elaborar e desenvolver *websites*; elaborar e executar projetos de redes locais de computadores; realizar manutenção preventiva e corretiva em computadores; e avaliar a necessidade e executar ações de treinamento e de suporte técnico em informática (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006c). Dessa forma, espera-se que ao final do curso o educando seja capaz de:

- Conhecer as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender e aplicar os conhecimentos científico-tecnológicos, para explicar o funcionamento do mundo e dos processos produtivos, planejando, executando e avaliando ações de intervenções na realidade;
- Compreender o funcionamento e relacionamento entre os componentes de computadores e seus periféricos;
- Instalar e configurar computadores, isolados ou em redes, periféricos e *softwares*;
- Utilizar os serviços e funções de sistemas operacionais;
- Utilizar *softwares* aplicativos e utilitários;
- Selecionar programas de aplicação a partir da avaliação das necessidades do usuário;
- Identificar meios físicos, dispositivos e padrões de comunicação, analisando as suas aplicações em redes;
- Analisar as características dos meios físicos disponíveis e as técnicas de transmissão digital e analógica;
- Descrever componentes e sua função no processo de funcionamento de uma rede de computadores;
- Compreender as arquiteturas de redes;

- Instalar os dispositivos de rede, os meios físicos e software de controle desses dispositivos, analisando seu funcionamento para aplicações em redes;
- Instalar e configurar sistemas operacionais de redes de computadores;
- Instalar e configurar protocolos e softwares de redes;
- Desenvolver serviços de administração de redes de computadores;
- Conhecer e desenvolver processos de documentação de projetos de estruturas físicas de redes;
- Interpretar documentação de projetos físicos de redes de computadores;
- Elaborar relatórios técnicos das atividades desenvolvidas na implantação de redes;
- Aplicar conceitos de algoritmos e orientação a objetos;
- Aplicar técnicas de análise e projeto de sistemas orientados a objetos;
- Compreender o funcionamento das estruturas de dados básicas;
- Aplicar boas técnicas de programação;
- Conhecer o processo de desenvolvimento de software;
- Aplicar conceitos de projeto e implementação de banco de dados;
- Identificar e solucionar falhas no funcionamento de microcomputadores;
- Aplicar técnicas de medição e ensaio, visando à manutenção de microcomputadores;
- Aplicar normas técnicas na instalação de microcomputadores;
- Promover e difundir práticas e técnicas de correta utilização de microcomputadores;
- Conhecer e avaliar modelos de organização de empresas;
- Organizar a coleta e documentação de informações sobre o desenvolvimento de projetos;
- Avaliar a necessidade de treinamento e de suporte técnico aos usuários;
- Executar ações de treinamento e de suporte técnico;
- Conhecer e aplicar as normas de desenvolvimento sustentável, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade;
- Exercer liderança; e,
- Posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006c, p. 7-8).

A carga horária total do curso é de **3.100 horas**, sendo 2.700 horas de disciplinas distribuídas em seis semestres, e 400 horas de prática profissional, a ser realizada na forma de estágio curricular, a partir do quinto semestre, o qual deverá manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006c).

2.4 CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES NO CAMPUS MOSSORÓ

O Campus Mossoró, primeira unidade de ensino descentralizada do IFRN, é fruto da expansão da política de interiorização da educação profissional do Governo José Sarney (1985-1990), embora tenha sido inaugurado em 29 de dezembro de 1994, no final do Governo Itamar Franco.

Como cidade polo, sua área de abrangência compreende seis municípios situados na microrregião homônima, englobando uma população de cerca de 300 mil habitantes.



Fotografia 4: IFRN – Campus Mossoró
Fonte: Bento (2010)

A atuação do Campus está voltada para a formação e qualificação profissional de adolescentes, jovens e adultos trabalhadores mediante a oferta de cursos técnicos de nível médio nos eixos tecnológicos de Controle e Processos Industriais (cursos técnicos em Eletrotécnica e em Mecânica), de Informação e Comunicação (cursos técnicos em Informática e em Sistemas de Informação), de Infraestrutura (cursos técnicos em Edificações e em Saneamento) e de Recursos Naturais (curso técnico em Petróleo e Gás). Além disso, oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, também nessas áreas.

O **Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Edificações na Modalidade EJA**, ofertado no segundo semestre de 2006, segundo o **Plano de**

Curso, tem como fundamentos: 1) o déficit habitacional nacional, regional e local; 2) as exigências advindas atualmente do processo de urbanização, o qual caminha em paralelo à área da construção civil; 3) a necessidade de formar e qualificar profissionais que sejam capazes de lidar com a rapidez da produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua transferência e aplicação na sociedade em geral e no mundo do trabalho, em particular; 4) a existência de indicadores favoráveis à formação profissional na área da construção civil no Rio Grande do Norte e, em particular, no município de Mossoró, uma vez que existem mais de 1.200 construtoras atuando principalmente na capital e nos maiores municípios do Estado, de acordo com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio Grande do Norte; 5) o bom índice de empregabilidade de trabalhadores na área de construção civil; 6) o grande contingente de trabalhadores da área de construção civil carente de formação profissional; e 7) o atendimento à demanda de jovens e adultos do município de Mossoró/região com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, mediante ações educativas que resultem em um corpo teórico bem definido e respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas dessa clientela (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006d).

Dessa forma, o curso visa

Qualificar jovens e adultos para o bom desempenho de atividades destinadas à execução e ao gerenciamento de obras de edificações, abrangendo a utilização de novas técnicas e tecnologias nos processos construtivos, bem como buscando gerar novas possibilidades de empregabilidade para a população economicamente ativa da região (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006d, p. 6).

e tem como objetivo

Formar profissionais-cidadãos técnicos de nível médio competentes técnica, ética e politicamente, com elevado grau de responsabilidade social e que contemple um novo perfil para saber, saber fazer e gerenciar os processos construtivos das edificações, utilizando métodos, técnicas e procedimentos estabelecidos, a fim de garantir a qualidade e a produtividade dos processos da construção predial, sem perder de vista a segurança dos trabalhadores (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006d, p. 6).

O perfil profissional do curso é formar e qualificar o educando para “desenhar e interpretar projetos de construções prediais; instalar e gerenciar canteiros de obras; desenvolver as etapas de execução de construções prediais; e atuar em etapas de manutenção e restauração de obras” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006d, p. 6). Assim, espera-se que ao final do curso o educando seja capaz de:

- Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Usar corretamente instrumentos, máquinas e materiais, tanto em escritórios quanto em canteiros de obras;
- Aplicar as normas técnicas, métodos, técnicas e procedimentos estabelecidos, visando à qualidade e produtividade dos processos construtivos e de segurança dos trabalhadores;
- Elaborar projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações hidráulicas e elétricas para edificações, nos termos e limites regulamentares;
- Supervisionar a execução de projetos, coordenando equipes de trabalho;
- Elaborar cronogramas e orçamentos, orientando, acompanhando e controlando as etapas da construção;
- Controlar a qualidade dos materiais, de acordo com as normas técnicas;
- Executar levantamentos topográficos, locações de obras e demarcações de terrenos;
- Realizar ensaios tecnológicos de laboratório e de campo;
- Aplicar normas técnicas de saúde e segurança do trabalho e de controle de qualidade nos processos construtivos;
- Aplicar medidas de controle e proteção ambiental para os impactos gerados pelas atividades construtivas;
- Conhecer e aplicar as normas de desenvolvimento sustentável, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade;
- Exercer liderança; e,
- Posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006d, p. 7-8).

A carga horária total do curso é de **3.220 horas**, sendo 2.820 horas de disciplinas distribuídas em oito semestres, e 400 horas de prática profissional, a ser realizada na forma de estágio curricular, a partir do sexto semestre, em empresas de construção civil, mediante atividades de execução, manutenção e gerenciamento de obras ou na prestação de serviços afins, sempre objetivando manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006d).

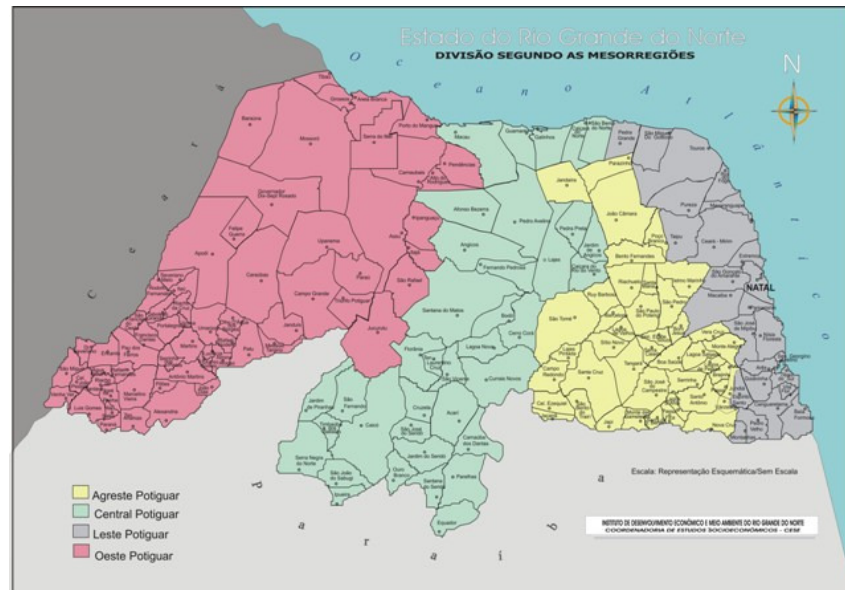
3 IDENTIFICANDO AS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS/APLs DOS MUNICÍPIOS/REGIÕES DO RIO GRANDE DO NORTE EM QUE O IFRN OFERTA CURSOS DO PROEJA

O Estado do Rio Grande do Norte, situado na região Nordeste do Brasil, é constituído de 167 municípios distribuídos em quatro mesorregiões – Agreste Potiguar, Central Potiguar, Leste Potiguar e Oeste Potiguar – e dezenove microrregiões – entre as quais, Seridó Oriental, Vale do Açu, Mossoró e Natal – com uma extensão territorial de 52.796,79 km², equivalente a 0,62% da superfície do território nacional (mapas 1, 2 e 3).

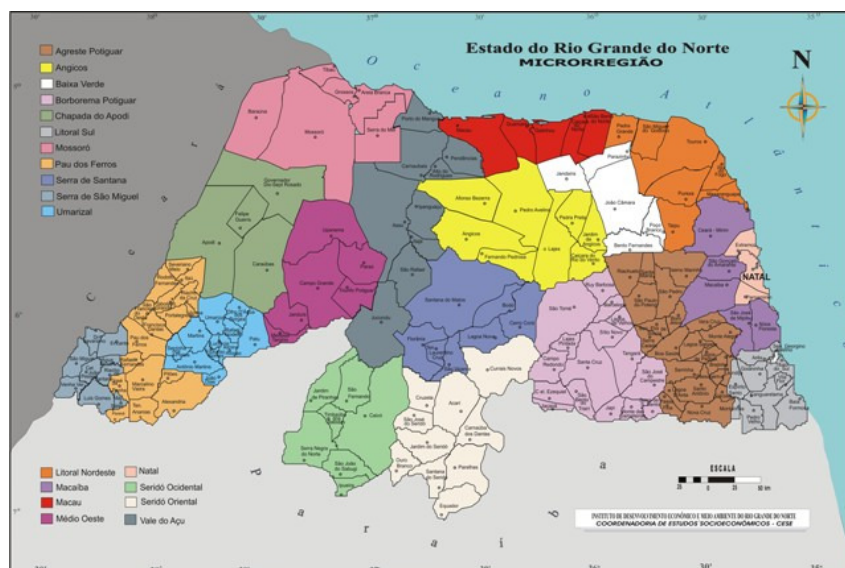


Mapa 1: Mapa do Brasil por regiões, destacando a região Nordeste e, nesta, o Estado do Rio Grande do Norte
Fonte: Oliveira (2010)

A população do estado em 2000, segundo o censo demográfico 2000, era de 2.776.782 habitantes, dos quais 1.359.953 eram do sexo masculino (49%) e 1.416.829 eram do sexo feminino (51%), sendo que 2.036.673 viviam em zona urbana (73%) e apenas 740.109 viviam em zona rural (27%). A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, naquele ano, foi de 25,43% (IBGE, 2000).



Mapa 2: Mapa do Rio Grande do Norte por Mesorregiões
 Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte [200-?a]



Mapa 3: Mapa do Rio Grande do Norte por Microrregiões
 Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte [200-?b]

Em termos de potencialidade econômica¹⁰, o estado vem se consolidando como um polo de desenvolvimento sustentável baseado nas seguintes vertentes: **agricultura**, através da fruticultura irrigada, com destaque para as culturas do melão e da banana; **pesca**, mediante a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro),

¹⁰ Por potencialidade econômica entendemos os recursos naturais, produtos, setores e atividades preponderantes no estado/região/município utilizados não apenas para gerar valor, mas também melhorias às condições de vida da população.

que atualmente ocupa a segunda posição na pauta de exportação do Estado; **pecuária**, com a caprinovinocultura (criação de caprinos e ovinos), que inclusive tem fomentado a instalação ou ampliação de usinas de beneficiamento de leite e abatedouros industriais; **extração mineral**, que reúne a produção de sal, petróleo, gás natural, calcário e outros minerais, fomentando novas oportunidades para implantação de indústrias nos setores químico, petroquímico, de fertilizantes e metalúrgico; **têxtil**, que tem se expandido através da ampliação, modernização e implantação de novas empresas, contando com incentivos fiscais; e **turismo**, a principal atividade, uma vez que o Estado conta com uma extensa área litorânea (410 km), sol o ano todo, dunas, lagoas, belas praias e rica gastronomia, além de sítios arqueológicos, o maior cajueiro do mundo, regiões serranas e sua cultura popular e rico artesanato, que servem de atrativo para potenciais empreendedores (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, 2005a).

Particularmente, os municípios do estado em que o IFRN ofertou cursos do PROEJA, no segundo semestre de 2006, apresentam as seguintes características:

3.1 MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS

O município de Currais Novos localiza-se na mesorregião Central Potiguar, microrregião Seridó Oriental, distante 153 km da capital, ocupando uma extensão territorial de 864,34 km², equivalente a 1,64% da superfície do Estado (mapa 4).

A população do município em 2000, de acordo com o censo demográfico 2000, era de 40.791 habitantes, dos quais 19.629 eram do sexo masculino (48%) e 21.162 eram do sexo feminino (52%), sendo que 35.529 viviam em zona urbana (87%) e apenas 5.262 viviam em zona rural (23%). A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, naquele ano, foi de 24,10% (IBGE, 2000).

Na área educacional, o município contava, em 2007, com uma instituição de ensino superior na esfera federal (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e, em 2008, com 45 estabelecimentos de ensino (fundamental e médio), sendo 22 municipais, 14 estaduais, um federal (Campus Currais Novos do IFRN, instalado em 2006) e oito particulares (IBGE, 2008).



Mapa 4: Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Currais Novos em destaque
 Fonte: Campos (2006a)

As principais atividades econômicas do município são a **agricultura** (principalmente tomate, mamão, manga e coco da baía, que atingiram, em 2003, 840, 750, 360 e 288 toneladas, respectivamente), a **pecuária extensiva** (principalmente a criação de bovinos, ovinos e caprinos, cujo efetivo, em 2003, atingiu 16.331, 5.992 e 2.070 cabeças, respectivamente) e a **pecuária leiteira** (que é uma das maiores da região do Seridó, tendo atingido, em 2003, a produção de 7.664 mil litros de leite bovino e caprino), além da extração mineral, principalmente scheelita (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, 2005b).

Currais Novos possui um comércio bastante firmado e algumas pequenas e médias indústrias, entre as quais, de sabão, de carrocerias de madeira, de beneficiamento do leite, de mármore e granito, de artigos de couro, de cerâmica e de beneficiamento do algodão.

Em termos de APLs¹¹, o município participa, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (2010), do arranjo produtivo local (APL) **de Mineral de Pegmatitos do Seridó** e do **APL de Laticínios de Caicó**.

¹¹ Os APLs se caracterizam por um conjunto de empresas/cooperativas localizadas em um mesmo espaço territorial, que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e se articulam/interagem entre si e com outros atores locais: governo e instituições de crédito, ensino e pesquisa. No Rio Grande do Norte, são fomentados pelo Governo do estado e por instituições como o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). No plano Federal, pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia, além das instituições já mencionadas.

3.2 MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU

O município de Ipanguaçu localiza-se na mesorregião Oeste Potiguar, microrregião Vale do Açu, distante 214 km da capital, ocupando uma extensão territorial de 374 km², equivalente a 0,71% da superfície do Estado (mapa 5).

A população do município em 2000, segundo o censo demográfico 2000, era de 11.924 habitantes, dos quais 6.102 eram do sexo masculino (51%) e 5.822 eram do sexo feminino (49%), sendo que 4.352 viviam em zona urbana (36%) e 7.572 viviam em zona rural (64%). A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, naquele ano, foi de 37,10% (IBGE, 2000).

Na área educacional, o município contava, em 2008, com 20 estabelecimentos de ensino (fundamental e médio), sendo nove municipais, oito estaduais, um federal (Campus Ipanguaçu do IFRN, instalado em 2006) e dois particulares. O município não possui nenhuma instituição de ensino superior (IBGE, 2008).



Mapa 5: Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Ipanguaçu em destaque
Fonte: Abreu (2006)

As principais atividades econômicas do município são a **agricultura irrigada** (principalmente banana e manga, que em 2003, atingiram 54.243 e 15.000 toneladas, respectivamente) e a **pecuária extensiva** (principalmente a criação de ovinos, bovinos e caprinos, cujo efetivo, em 2003, atingiu 5.626, 5.096 e 4.638

cabeças, respectivamente) (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, 2005c).

Em consequência do processo de modernização da agricultura e da irrigação, Ipanguaçu, segundo a prefeitura do município, se tornou um dos maiores produtores de frutas tropicais do Brasil e sedia a primeira empresa produtora e exportadora de banana e a quinta de manga no país.

Em termos de APLs, o município participa, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (2010), apenas do **APL de Cerâmica Estrutural do Apodi-Assú**.

3.3 MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

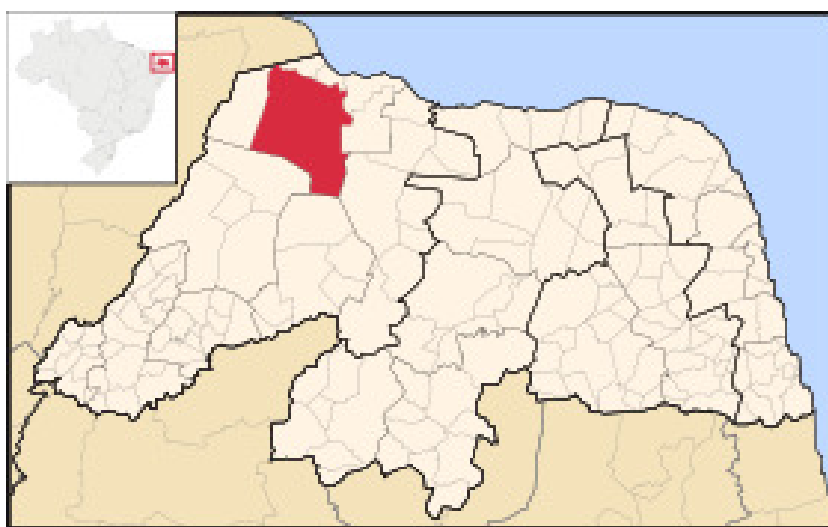
O município de Mossoró – maior do Estado em superfície e segundo em população – localiza-se na mesorregião Oeste Potiguar, microrregião de Mossoró, distante 277 km da capital, ocupando uma extensão territorial de 2.110,2 km², equivalente a 4% da superfície do Estado (mapa 6).

A população do município em 2000, segundo o censo demográfico 2000, era de 213.841 habitantes, dos quais 102.823 eram do sexo masculino (48%) e 111.018 eram do sexo feminino (52%), sendo que 199.081 viviam em zona urbana (93%) e apenas 14.760 viviam em zona rural (7%). A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, naquele ano, foi de 19,20% (IBGE, 2000).

Na área educacional, o município contava, em 2007, com quatro instituições de ensino superior e, em 2008, com 242 estabelecimentos de ensino (fundamental e médio), sendo 79 municipais, 81 estaduais, um federal (Campus Mossoró do IFRN, instalado em 1994) e 81 particulares (IBGE, 2008).

As principais atividades econômicas do município são a **fruticultura irrigada** (principalmente melão, sorgo granífero e melancia que, em 2003, atingiram 65.000, 9.379 e 7.350 toneladas, respectivamente), a **pecuária extensiva** (principalmente a criação de caprinos, bovinos e ovinos, cujo efetivo, em 2003, atingiu 23.115, 22.207 e 16.840 cabeças), a **apicultura** (em 2003 o município produziu 29.548 kg de mel de abelha) e a **extração mineral**, principalmente petróleo e gás natural em terra (em 2002 foram produzidos 1.068 mil m³ e 5.745 mil m³, respectivamente), além do sal

marinho (o município é responsável por 65% da produção de sal do Estado). Também merece destaque a atividade de **carcinicultura** (criação de camarões em cativeiros) que, inclusive, está atraindo grupos nacionais e estrangeiros que veem um mercado promissor na região salineira de Mossoró (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, 2005d).



Mapa 6: Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Mossoró em destaque

Fonte: Campos (2006b)

Mossoró possui um grande potencial para o desenvolvimento sócio-econômico da região e do Estado. Desde a década de 1980 vem ganhando força a atividade industrial (com a instalação de diversas empresas vinculadas, principalmente, a atividade de petróleo e gás), a agroindústria (sobretudo processadoras de frutas) e o mercado da construção civil, com diversos empreendimentos imobiliários (de acordo com a secretária municipal de Desenvolvimento Territorial e Ambiental, o déficit habitacional em Mossoró, é de 10.400 unidades, que representa 21% do número de domicílios em Mossoró). O município também ostenta significativos setores de comércio e de serviços que dão sustentação a todo o Oeste Potiguar.

A mão de obra local vem sendo capacitada para dar conta da demanda de profissionais para essas atividades, inclusive para o turismo de eventos no município.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (2010) e a Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (2010) vinculada ao Ministério da Educação, o município participa do **APL de Petróleo e Gás**, do **APL de Sal Marinho**, do **APL de Carnicicultura** e do **APL de Apicultura**.

3.4 MUNICÍPIO DE NATAL

O município de Natal, capital do Estado do RN, localiza-se na mesorregião do Leste Potiguar, microrregião de Natal, ocupando uma extensão territorial de 170,3 km², equivalente a 0,32% da superfície do Estado (mapa 7).

A população do município em 2000, segundo o censo demográfico 2000, era de 712.317 habitantes, dos quais 334.355 eram do sexo masculino (47%) e 377.962 eram do sexo feminino (53%), todos vivendo em zona urbana. A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, naquele ano, foi de 11,90% (IBGE, 2000).



Mapa 7: Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Natal em destaque

Fonte: Campos (2006c)

Na área educacional, o município contava, em 2007, com 14 instituições de ensino superior e, em 2008, com 451 estabelecimentos de ensino (fundamental e

médio), sendo 67 municipais, 163 estaduais, três federais (entre as quais o Campus Natal-Zona Norte, instalado em 2006) e 218 particulares (IBGE, 2008).

A economia do município de Natal está basicamente assentada no **turismo**, embora os principais atrativos naturais do estado estejam ao longo da costa potiguar. Natal é dotada de uma grande infraestrutura hoteleira, de pousadas a hotéis de grande porte, localizados principalmente na Via Costeira. Em 2003, a rede hoteleira contava com 19.849 leitos, enquanto que, em 2006, o fluxo de turistas atingiu a marca de 2.186.880, sendo 86% brasileiros (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, 2005e, 2008).

Destaca-se, ainda, na economia do município, a atividade comercial, que é diversificada e possui boa oferta de produtos, com destaque para a zona de comércio popular, no bairro do Alecrim; a atividade industrial – a maior parte das indústrias do Estado fica concentrada na região metropolitana de Natal – com destaque para as indústrias têxteis, bebidas e produtos agroindustriais. Em 2003, o município contava com 607 indústrias, sendo 86% microempresas; a agricultura, principalmente coco da baía e banana que, nesse ano, atingiram 420 e 365 toneladas, respectivamente; e a pesca, que atingiu 5.199,5 toneladas (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, 2005e).

Em termos de APLs, o município participa, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (2010), a Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (2010) e Instituto Euvaldo Lodi (2010), do **APL de Água Mineral**, do **APL de Panificação da Grande Natal**, do **APL de Móveis de Natal e Região Metropolitana**, do **APL de Confecções**, do **APL de Petróleo e Gás** e do **APL de Carcinicultura**.

4 ESTABELECENDO RELAÇÕES ENTRE OS CURSOS DO PROEJA E AS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS/APLs DE CADA MUNICÍPIO/REGIÃO DO RIO GRANDE DO NORTE EM QUE SÃO OFERTADOS

Indubitavelmente, o mundo pós-moderno está passando por inúmeras, complexas e profundas transformações numa velocidade nunca antes experimentada, atingindo não só os modelos produtivos na sua base material de produção e reprodução e os modos de fazer circular as mercadorias e produtos, mas também os aspectos políticos, sociais e culturais. Daí por que, as catástrofes ecológicas, as doenças endêmicas, o consumo de drogas, a violência e o desemprego, por exemplo, são temas discutidos numa perspectiva global.

Não sem razão, Stuart Hall afirma que

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (HALL, 2006, p. 9).

Todavia, a globalização, como ficou conhecida essas transformações, não é um fenômeno unilateral, pois “na mesma medida em que surge uma economia global, ressurgem uma tendência de afirmação do local, como uma resposta à exclusão ou como uma tentativa de integração não-subordinada” (DESENVOLVIMENTO ..., 2010, p. 1).

Por isso, as formas de olhar o mundo oscilam entre o macro (global) e o micro (regional, local, particular), e disto emerge a temática do desenvolvimento local.

A esse respeito, parecem-nos oportuna as afirmações de Sérgio Buarque:

Globalização e desenvolvimento local são dois polos de um mesmo processo complexo e contraditório, exercendo forças de integração e desagregação, dentro do intenso jogo competitivo mundial. Ao mesmo tempo em que a economia se globaliza, integrando a economia mundial, surgem novas e crescentes iniciativas no nível local, com ou sem integração na dinâmica internacional, que viabilizam processos diferenciados de desenvolvimento no espaço (BUARQUE, 1999, p. 11-12).

A globalização tem um efeito contraditório sobre a organização do espaço. De um lado, demanda e provoca um movimento de *uniformização e padronização dos mercados* e produtos, como condição *diversificação e flexibilização das economias* e dos mercados locais, cria e reproduz diversidades, decorrentes da interação dos valores globais com os padrões locais, articulando o local ao global (BUARQUE, 1999, p. 12-13, grifo do autor).

bem como a de Carolina Petitinga:

O desenvolvimento deve ser entendido levando-se em conta os aspectos locais, aspectos estes que têm significado em um território específico. O global passa a ter sua importância associada ao local e vice e versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro e, por conta disto, muitos autores utilizam o termo “glocal”, a junção dos dois aspectos, para se referir ao desenvolvimento (PETITINGA, 2006, p. 1, grifo do autor).

e a de Ladislau Dowbor:

A própria globalização reforça reações nacionalistas, formam-se os blocos. No espaço interno das nações, reaparecem os regionalismos e particularismos, conferindo novas dimensões à identidade cultural e social. [...] As cidades e os espaços locais veem ressurgir o papel essencial da comunidade, das relações diretas entre pessoas que se conhecem, iniciando gradual reconstrução da dimensão social de nosso cotidiano (DOWBOR, 1996, p. 21).

Mas, o que é mesmo desenvolvimento?

De acordo com Oliveira (2002, p. 38), “o debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico”. Nesse particular, diversos autores se ocuparam em distinguir desenvolvimento econômico de crescimento econômico, embora alguns outros e muitos governantes encarem o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, e dessa forma se expressam pelos meios de comunicação. Entendemos, pois, ser importante diferenciar um do outro, já que um país, região ou cidade, pode apresentar crescimento sem alcançar um estágio de desenvolvimento.

Decerto o crescimento econômico é necessário, mas não é suficiente para promover o desenvolvimento de um país. “A experiência histórica tem demonstrado que não há desenvolvimento econômico se não acompanhado de desenvolvimento social e cultural” (BRASIL, 2007a, p. 31).

Neste estudo, pois, assumiremos que **crescimento econômico** é o aumento da capacidade produtiva da economia de um país, região, estado ou município, representada pelo incremento na produção de bens e serviços. É comumente medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde ao total dos bens e serviços produzidos num determinado período, ou seja, toda a riqueza do país, região, estado ou município. E que **desenvolvimento econômico** é o crescimento econômico associado a um conjunto de políticas públicas, inclusive de educação, implementadas e articuladas ao longo do tempo, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas (saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer, entre outras).

O nosso entendimento se assenta nos conceitos apresentados por Paulo Sandroni, ou seja, crescimento econômico e desenvolvimento econômico são, respectivamente, o

Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico (SANDRONI, 2006, p. 203).

Crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura da economia. [...] O desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais). De maneira geral, contudo, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão de obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo (SANDRONI, 2006, p. 242).

que, por sua vez, se coadunam com o conceito de Celso Furtado (1920-2004) para crescimento econômico: “é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 2009, p. 105), e o de Marco Antonio Vasconcelos e Manuel Enriquez Garcia para desenvolvimento econômico: “alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e

social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008, p. 205).

Com efeito, podemos inferir que o crescimento econômico é caracterizado por mudanças quantitativas na capacidade produtiva de bens e serviços (é, portanto, um fenômeno primordialmente econômico), enquanto que o desenvolvimento econômico, por alterações qualitativas, já que o seu sentido é a da qualidade de vida da população, sendo medido pelos indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, educação, saúde, violência, moradia etc.). Em outras palavras, o desenvolvimento econômico implica sempre uma mudança estrutural que emerge da associação do econômico com o social, ou seja, combina crescimento com distribuição de renda (ESCÓSSIA, 2009).

A observação de Juarez de Paula é esclarecedora:

O Brasil é um país rico, mas o povo brasileiro é pobre. Somos campeões mundiais em concentração de renda e desigualdade social. A pobreza é o maior desafio a ser enfrentado pelo Brasil neste início de século e de milênio. Entretanto, só existe uma maneira de combater e superar definitivamente a pobreza: promovendo o desenvolvimento (PAULA, 2008, p. 5).

Por isso, no contexto de concentração de riqueza, crescente exclusão social, desemprego, baixa escolaridade da população e qualificação insuficiente dos trabalhadores, como é o caso do Brasil, só faz sentido falar em desenvolvimento econômico se as mudanças e as transformações propostas forem, efetivamente, estruturais e profundas. É necessário, pois, “construir um projeto de desenvolvimento nacional autossustentável e inclusivo que articule as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, de educação, de ciência e tecnologia, de cultura, de meio ambiente e de agricultura sustentável” (BRASIL, 2007a, p. 32).

E quem pode promover o desenvolvimento?

Em geral o desenvolvimento é visto como processo exógeno, de fora para dentro, que chega a uma região sob a forma de investimentos públicos ou mediante a instalação de empresas privadas. Ou seja, a geração de emprego e renda, o combate à pobreza, e a redução das desigualdades são vistas como uma dinâmica que vem de fora, por intermédio de políticas públicas oriundas de esferas superiores ou investimentos privados, e que a comunidade espera de forma passiva, contemplativa (DOWBOR, 2006; DOWBOR et al, 2006).

No entanto, o desenvolvimento tem caráter local¹² e, portanto, quem o promove são as pessoas, a comunidade, ou seja, ele é o resultado das relações humanas, do desejo e da vontade das pessoas de se colocarem como sujeitos sociais e, assim, buscar uma melhor qualidade de vida para todos. Daí, “a capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais [para a] consolidação [do desenvolvimento]” (DOWBOR, et al, 2006, p. 9).

Desta forma, pode-se entender que o desenvolvimento é sempre um processo endógeno, cuja dinâmica é originada de dentro para fora, e que uma localidade para se desenvolver não depende de uma grande corporação que ali se instale nem de um conjunto de projetos pensados alhures e, sim, de si mesma. Isso não significa, contudo, que os aportes de financiamentos externos não sejam importantes ou necessários, mas que estes devem existir como complemento e não como indutor do desenvolvimento da sociedade local.

O processo de **desenvolvimento local**¹³ responde bem a esse contexto, uma vez que “envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado” e, sim, “pela cultura do contexto em que se situa” (MILANI, 2005, p. 1).

Como aponta Buarque (1999, p. 9, grifo do autor), o desenvolvimento local

É um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas.

Assim, o desenvolvimento local está relacionado com a afirmação de uma identidade territorial, com uma singularidade que distingue e diferencia o local do global, com o esforço de identificar, reconhecer e valorizar iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades, as vocações, as

¹² Entenda-se por local, um município, estado, região ou país.

¹³ Os ambientalistas foram um dos primeiros grupos a trabalhar com o conceito de desenvolvimento local, na tentativa de pôr em prática sua bandeira política: pensar globalmente, agir localmente. Essa idéia, inclusive, foi a base da construção de muitas experiências comunitárias, na busca de um novo tipo de organização e desenvolvimento da sociedade. Outro grupo que adotou a estratégia de desenvolvimento local foi o das organizações não governamentais, que trabalham com a ideia de ampliação da cidadania como foco da luta contra a exclusão social (BARBOSA, 2010).

oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas locais, mediante um conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, pressupondo, dessa forma, a transformação consciente da realidade local (BUARQUE, 1999; MILANI, 2005; PETITINGA, 2006; PAULA, 2009).

Na concepção de desenvolvimento local está implícito, ainda, que se trata de um processo articulado de ações envolvendo todos os atores sociais – a sociedade civil e as organizações não governamentais, as instituições privadas e o próprio Estado – que, juntos, buscam contribuir com a melhoria das condições socioeconômicas e culturais da localidade, através do planejamento, da execução, do monitoramento e da avaliação das ações implementadas (BUARQUE, 1999; PETITINGA, 2006; PAULA, 2009; BARBOSA, 2010).

Amaro (1993 apud REDE NACIONAL DE CONSUMO RESPONSÁVEL, [200-?]) aponta oito elementos para se poder falar de desenvolvimento local: 1) é um processo de transformação; 2) está centrado numa comunidade; 3) resulta de uma construção de identidades; 4) parte da existência de necessidades não satisfeitas a que se procura responder a partir das capacidades locais; 5) assume uma lógica integrada na qual a intervenção não se restringe a problemas focalizados (desemprego, saúde, idosos etc.), mas sim ao conjunto de problemáticas que se interligam e influenciam; 6) resulta da capacidade de todos os agentes sociais – sociedade, mercado e Estado – se mobilizarem; 7) exerce um efeito de exemplificação para toda a comunidade; e 8) possui uma diversidade enorme de caminhos.

Todavia, para que o desenvolvimento local aconteça é imprescindível promover a elevação do nível de escolaridade da população, de sorte que as pessoas, com o aporte de novos conhecimentos, tenham condições de melhor se inserir no mercado de trabalho, tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios. Isso significa, por um lado, ampliar a capacidade crítica e criativa da população, ter domínio do conhecimento e da informação e, por outro, que a educação tem a possibilidade de influir de forma determinante sobre o desenvolvimento, reduzindo a exclusão social e resgatando a cidadania.

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada [...], e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas [no plano local]. [...] a educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua

região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la (DOWBOR, 2006, p. 1-2).

Por conseguinte, a escola, como locus de conhecimento, socialização e cultura, tem a função precípua de articular as necessidades de desenvolvimento local com os conhecimentos correspondentes, assegurando aos alunos os instrumentos de intervenção sobre a sua realidade e, assim, fortalecer a identidade desses com o local de vivência. Daí, se esperar que a escola não forneça apenas conhecimentos gerais, mas a compreensão de como esses conhecimentos poderão se materializar em ações no plano local.

Não por acaso, Gabriel Grabowski, ao analisar a articulação da educação profissional com o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional, assim se expressa:

Para a escola, o desenvolvimento regional deve ser concebido como “um processo coletivo de uma comunidade para atingir o desenvolvimento humano através das dimensões educacional, econômica, social, cultural, tecnológica e política, possibilitando o acesso de todos em bases locais e autossustentáveis que resultarão no crescimento da região e na maior qualidade de vida” (GRABOWSKI, 2006, p. 89).

É nesse cenário que o IFRN, desde o segundo semestre de 2006, vem buscando cumprir o papel de articulador da educação profissional, mundo do trabalho e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do interior do Rio Grande do Norte¹⁴, por intermédio da oferta pública, gratuita e com qualidade, particularmente, dos cursos técnicos de nível médio integrado em Alimentos, em Agroecologia, em Edificações e em Informática, todos na modalidade EJA, nos municípios de Currais Novos, Ipanguaçu, Mossoró e Natal-Zona Norte, respectivamente.

Relacionando esses cursos com as potencialidades econômicas/APLs dos municípios/regiões em que foram ofertados, constatamos que os mesmos foram concebidos a partir de uma lógica de desenvolvimento local e regional. Ou seja, foram ofertados na tentativa de atender às exigências do mercado de trabalho e constituir um vínculo direto e estreito com a comunidade a nível local e regional.

¹⁴ O IFRN já vem cumprindo esse papel na capital do estado com o Campus Natal-Central, há cem anos e, em Mossoró, por meio do Campus Mossoró, há quinze anos.

Na prática, isso significa que o **Curso Técnico em Alimentos** sugere uma similitude com a produção agrícola e de leite do município de Currais Novos; o **Curso Técnico em Agroecologia**, com a agricultura irrigada desenvolvida na microrregião do Vale do Açu e, em particular, no município de Ipanguaçu; o **Curso Técnico em Edificações**, com a ampliação do mercado da construção civil no município de Mossoró; e o **Curso Técnico em Informática**, com a necessidade das empresas comerciais, industriais e de serviços instaladas na zona norte do município de Natal, se informatizar.

Observamos, todavia, que os cursos não sugerem qualquer relação com os APLs identificados e desenvolvidos nos respectivos municípios/regiões, a exceção do **Curso Técnico de Alimentos** que pode se vincular ao **APL de Laticínios de Caicó**, do qual o município de Currais Novos participa.

Em todo caso, podemos inferir, à luz dos respectivos projetos pedagógicos, que todos os cursos em análise visam proporcionar aos jovens e adultos trabalhadores, ações educativas que garantam a sua formação integral (cidadã e profissional) e a consequente intervenção no desenvolvimento do município/região a que pertencem.

Com os conhecimentos adquiridos por intermédio dos cursos, espera-se que esses sujeitos possam participar de forma ativa de iniciativas capazes de transformar o seu entorno, quer seja por atividades políticas, sociais e culturais do município/região, quer contribuindo com as práticas produtivas dos pequenos produtores e das atividades empresariais, não só fomentando a aplicação racional de insumos e a utilização de novas técnicas e tecnologias nos processos, inclusive nas construções rurais, como também desenvolvendo projetos para implantação/manutenção na área de transmissão de dados ou participando de pesquisas aplicadas em instituições fomentadoras de desenvolvimento ou até mesmo implementando pequenos empreendimentos.

Enfim, podemos ilacionar, amparados ainda pelos respectivos projetos pedagógicos, que os cursos se relacionam com a proposta de desenvolvimento local dos municípios/regiões onde são ofertados, no que pese à intenção, mediante ações de valorização das identidades, culturas e saberes locais, de desenvolvimento de projetos sociais e culturais comunitários em parcerias com prefeituras e outros atores, e da difusão do uso de tecnologias de baixo custo e fácil aplicação

(INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d).

Além disso, no caso específico do **Curso Técnico em Alimentos, em Currais Novos**, o projeto pedagógico vislumbra, entre tantas outras, as seguintes ações (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a):

- a) capacitar os pequenos produtores de queijo coalho e de manteiga e das queijeiras artesanais e industriais, da região do Seridó, como forma de contribuir com a melhoria da cadeia produtiva leiteira;
- b) disseminar o uso de métodos e técnicas para um perfeito controle higiênico sanitário na indústria de alimentos;
- c) desenvolver levantamento dos principais problemas que afetam a cadeia produtiva do leite e seus derivados (higiene, sanidade animal, suporte forrageiro, assistência técnica);
- d) identificar o perfil de consumo de leite e derivados lácteos no município de Currais Novos e entorno;
- e) desenvolver técnicas de conservação, beneficiamento e processamento de leite e derivados, de carnes, pescados e frutas;
- f) desenvolver, no CTQueijo, de pesquisas sobre leite e seus derivados, a fim de agregar valor ao produto final;
- g) desenvolver ações necessárias à manutenção da qualidade do meio ambiente voltadas às operações industriais com alimentos;
- h) identificar microorganismos na produção e conservação de alimentos e os fenômenos biotecnológicos de interesse à indústria alimentícia;
- i) aplicar técnicas de beneficiamento e processamento de carnes, pescados e frutos.

Já para o **Curso Técnico em Agroecologia, em Ipanguaçu**, o projeto pedagógico prevê (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006b):

- a) capacitar os produtores familiares para utilização de formas de produção agropecuária, segundo os princípios da agroecologia;

- b) realizar manejo integrado de controle de pragas, doenças e plantas espontâneas, utilizando princípios agroecológicos;
- c) desenvolver pesquisas agroecológicas que possibilitem a exploração agrícola, mediante a identificação de espécies resistentes e tolerantes ao ataque de pragas e de inimigos naturais;
- d) analisar a viabilidade técnica, econômica e ecológica da produção, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;
- e) planejar, organizar e monitorar o cultivo agroecológico de espécies de plantas olerícolas, frutíferas e de jardins, com vista à exploração econômica e sustentável;
- f) orientar o beneficiamento e melhoria da qualidade das sementes para a produção agrícola;
- g) assessorar estudos de implantação e desenvolvimento de projetos de produção segundo os princípios da agroecologia;
- h) difundir tecnologias com base agroecológica;
- i) oferecer beneficiamento e melhoria da qualidade das sementes para a produção agrícola;
- j) planejar, orientar e monitorar o uso de sistemas de irrigação e drenagem;
- k) desenvolver ações necessárias à produção sustentável dos produtos agropecuários e à manutenção da qualidade do meio ambiente;
- l) planejar, orientar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.

Para o **Curso Técnico em Informática, em Natal–Zona Norte**, o projeto pedagógico prevê (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006c):

- a) Instalação e configuração de computadores, isolados ou em redes, periféricos e *softwares*;
- b) desenvolvimento de programas de computador para os diversos ramos empresariais;
- c) elaboração e desenvolvimento de *websites*;
- d) elaboração e execução de projetos e sistemas de redes locais de computadores;

- e) execução de manutenção preventiva e corretiva de programas de computadores implantados;
- f) identificação e execução de ações de treinamento para utilização de softwares aplicativos e utilitários e de suporte técnico em informática;
- g) seleção de programas de aplicação a partir da avaliação das necessidades do usuário;
- h) identificação dos tipos de *softwares* que estão disponíveis tanto para grandes quanto para pequenos negócios;
- i) desenvolvimento de projetos de inclusão digital para cidadãos em qualquer idade.

E para o **Curso Técnico em Edificações, em Mossoró**, o projeto pedagógico prevê (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006d):

- a) desenvolvimento de projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações hidrossanitária, elétrica, telefônica e segurança, inclusive, rurais, com o auxílio de *software*;
- b) execução de levantamentos topográficos;
- c) elaboração de orçamentos e cronogramas para execução de projetos arquitetônicos;
- d) difusão da aplicabilidade de medidas de controle e proteção ambiental para os impactos gerados pelas atividades construtivas;
- e) realização de ensaios tecnológicos em laboratórios da Instituição;
- f) desenvolvimento de cálculos e dimensionamento de estruturas isostáticas de concreto armado;
- g) orientação e acompanhamento da execução de serviços em canteiros de obra;
- h) leitura e interpretação de projetos arquitetônicos e correlatos, bem como a orientação para suas execuções;
- i) aplicação de medidas de controle e proteção ambiental para os impactos gerados pelas atividades construtivas.

Convém destacar que todas essas ações fazem parte da concepção dos cursos, são intenções constantes dos projetos pedagógicos, e que não dispomos de dados que comprovem a efetiva implementação de tais ações.

De qualquer forma, pressupõe-se que são por ações dessa natureza que o IFRN, por seus campi Currais Novos, Ipanguaçu, Mossoró e Natal–Zona Norte, concretiza a relação educação profissional, mundo do trabalho e desenvolvimento socioeconômico nos lugares em que os cursos do PROEJA são ofertados. Além disso, o Instituto contribui, efetivamente, para a inserção dos jovens e adultos trabalhadores na vida econômica, política, social e cultural dos municípios/regiões a que pertencem, para o aumento da renda familiar e, sobretudo, para reduzir a saída deles para outros centros urbanos, em busca de oportunidades educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se
pode ver no Universo... Por isso a minha
aldeia é tão grande como outra terra
qualquer.*

(Fernando Pessoa)

Na presente pesquisa propusemo-nos a analisar a contribuição que o PROEJA, instituído no IFRN, traz para os municípios/regiões do Rio Grande do Norte, numa concepção de desenvolvimento local.

O ponto de partida para a discussão da questão foi o processo da globalização experimentado a partir das três últimas décadas do século XX que alterou profundamente não só a economia, a política, a cultura, a ciência e a tecnologia em escala mundial, mas também a configuração do mundo do trabalho estabelecida após a Segunda Grande Guerra (da produção predominantemente taylorista-fordista migrou-se para o modelo de produção toyotista), que resultou num profundo impacto sobre o conteúdo do trabalho e o número de postos, exigindo mais conhecimentos e habilidades das pessoas, assim como atestados de maior escolarização.

A partir de então, o domínio de um conjunto de conhecimentos e habilidades práticas relacionadas com uma ocupação determinada não era mais suficiente. Passou a exigir do trabalhador novas competências, saberes e atitudes, tais como: conhecimento técnico geral, maior compreensão do processo produtivo e do ambiente em que este se realiza, excelente capacidade de comunicação, tanto oral quanto escrita, iniciativa para resolver problemas não previstos, aptidão para trabalhar em equipe e tomar decisões de forma autônoma, e disposição para o autodesenvolvimento, para o aprendizado permanente (RÉGNIER, 1997; HANASHIRO; TEIXEIRA; ZACCARELLI, 2008; CHIAVENATO, 2009).

Por consequência, criaram-se novos contornos para a educação e, em particular, para a educação profissional, uma vez que esta, por ser orientada ao exercício de profissões técnicas e atuar no sentido de qualificar pessoas para os diversos setores da economia brasileira, tem importância estratégica para o

desenvolvimento socioeconômico sustentável do país, enquanto aquela, por estar diretamente relacionada com o desenvolvimento contínuo tanto das pessoas quanto das sociedades, como uma via que conduz à redução da exclusão social, da pobreza e das desigualdades, deve adequar-se às novas configurações demandadas pelo contexto social, sem, contudo, negar a cada sujeito a construção de sua autonomia em dialética com a liberdade e a evolução do outro, e sem deixar de transmitir as aquisições, os saberes básicos frutos da experiência humana (DELORS, 1999; BRASIL, 2007c).

O Brasil se inseriu nesse contexto de transformações a partir da década de 1990. A reforma da educação implementada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso com base na LDBN trouxe a separação da educação profissional do ensino médio¹⁵, de sorte que a formação técnica passou a ser um complemento da educação geral, não um elemento constitutivo desta.

Em 2004, o Governo Lula da Silva, na sua contrarreforma da educação pública brasileira, reaproximou a educação profissional do ensino médio, que passou a articular a qualificação dos alunos para a sua incorporação ao mundo do trabalho com a formação do cidadão para participar e intervir na vida social e pública, numa concepção de omnilateralidade humana, tomando por princípio a construção da autonomia intelectual e ética. Afinal, como nos lembra o professor Paulo Freire, “ninguém é sujeito da autonomia de ninguém” (FREIRE, 1996, p. 107).

Em seguida, em 2005, deu início ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica prevendo, até o final de 2010, a construção de 214 novas unidades de ensino, cobrindo todas as regiões e estados do país, além do Distrito Federal.

Nesse mesmo ano, concebeu a EJA de forma inovadora, rompendo com as ações governamentais que até então se restringiam ao combate ao analfabetismo. Propôs sua articulação com a educação profissional, nas categorias formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.

Para consolidar a articulação dessas áreas instituiu, primeiramente no âmbito das instituições federais de educação tecnológica e, depois, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na

¹⁵ Antes da LDBN – Lei nº 9.394/1996 – os cursos técnicos de nível médio nas Instituições Federais de Ensino – Centros Federais, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas – eram constituídos de uma parte propedêutica (educação geral) e outra técnica (educação profissional).

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Esse programa visa oferecer a jovens e adultos trabalhadores que historicamente encontram-se alijados da escola, mas que constituem uma parcela significativa da população economicamente ativa, cursos e programas de educação profissional articulados com a educação básica, objetivando a elevação do nível de escolaridade ou o exercício de profissões técnicas.

O PROEJA, ao oportunizar a jovens e adultos trabalhadores a apropriação de conhecimentos visando à qualificação profissional e ampliação da cidadania, decerto contribui para a inserção desse público no mercado de trabalho e na vida sociocultural em seu local de vivência, removendo significativo gargalo para o desenvolvimento econômico do município, região, estado e país, com reflexo imediato na competitividade, na elevação do nível de emprego e renda, na redução das desigualdades e exclusão sociais e na pobreza, além de assegurar perspectivas de continuidade de estudos em nível superior.

No contexto da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFRN, instalou, no segundo semestre de 2006, os campi Currais Novos e Ipanguaçu nos municípios homônimos, além do campus Natal–Zona Norte, no município de Natal, e ofertou, nesse mesmo semestre, respectivamente, os cursos técnicos integrados em Alimentos, em Agroecologia e Informática, na modalidade EJA, além do curso técnico integrado em Edificações na modalidade EJA no campus Mossoró, no município também homônimo.

Ao levar a esses municípios o ensino técnico integrado de nível médio gratuito e de qualidade, já consolidado na capital do estado, o IFRN, por seus campi, busca fomentar a formação e qualificação de adolescentes, jovens e adultos não apenas para as bases técnicas requeridas pelo mundo do trabalho, particularmente nos respectivos municípios, como também assegurando-lhes autoafirmação para o exercício da cidadania ativa com uma visão crítica e ética, de modo a entender e interagir nas atividades econômica, política, social e cultural dos respectivos municípios em que estão inseridos, afetando positivamente a riqueza local/regional.

Não é necessário argumentar laudatoriamente sobre a importância do IFRN para o desenvolvimento dos lugares em que os cursos são ofertados, embora seu êxito, é claro, também dependa das condições complementares de infraestrutura, das iniciativas mobilizadas por diversos atores – governo, sindicatos, empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais, culturais e religiosos – para

o desenvolvimento local e da capacidade do município/região absorver e utilizar a produção do conhecimento ali gerada.

Por todo o exposto neste trabalho, podemos, por ilação, afirmar que os cursos do PROEJA – Alimentos, Agroecologia, Edificações e Informática – ofertados pelo IFRN, respectivamente, nos campi Currais Novos, Ipanguaçu, Mossoró e Natal-Zona Norte estão associados aos recursos de toda ordem mobilizáveis para o desenvolvimento local, regional e estadual, uma vez que os mesmos foram estruturados a partir de focos tecnológicos que guardam sintonia com as vocações econômicas/APLs dos respectivos municípios/regiões. Esses cursos vão muito além do que qualificar jovens e adultos trabalhadores para o mercado de trabalho, pois tem a ver com a própria constituição do ser humano como sujeito de sua vida e com a promoção da inclusão social.

Pressupõe-se, também, à luz dos respectivos projetos pedagógicos, que esses cursos contribuirão efetivamente para o desenvolvimento local dos municípios/regiões em que foram ofertados, à medida que ações, como as seguintes, declaradas nesses documentos, forem implementadas: 1) capacitação dos pequenos produtores de queijo coalho e de manteiga e das queijeiras artesanais e industriais, da região do Seridó, como forma de contribuir com a melhoria da cadeia produtiva leiteira, particularmente no município de Currais Novos; 2) fortalecimento da agricultura familiar em Ipanguaçu e seu entorno, considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e dos sistemas produtivos, mediante a capacitação e assistência técnica aos pequenos produtores; 3) elaboração de projetos arquitetônicos, estruturais, de instalações hidrossanitárias, elétrica, telefônico e de segurança, com o auxílio de software, sobretudo para os pequenos empreendimentos em Mossoró, inclusive construções rurais; 4) desenvolvimento de programas de computador, elaboração e desenvolvimento de *websites* e execução de projetos e sistemas de redes locais de computadores, para as empresas instaladas na Zona Norte de Natal e seu entorno; e 5) fortalecimento da cultura do empreendedorismo, das relações interpessoais e da educação continuada, além da formação que compreenda o compromisso com a ética e com a responsabilidade social (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d).

Enfim, podemos inferir que o IFRN, por seus campi Currais Novos, Ipanguaçu, Mossoró e Natal-Zona Norte, consolida-se como Instituição parceira dos

respectivos municípios na busca efetiva do desenvolvimento local, porquanto os cursos técnicos em Alimentos, em Agroecologia, em Edificações e em Informática, na modalidade EJA, contribuem, decisivamente, com a inclusão social de jovens e adultos trabalhadores nas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais, pela elevação do nível de escolaridade, da disseminação de novos conhecimentos e novas tecnologias, inclusive resgatando-os para o exercício da cidadania, bem como gerando melhorias concretas para a qualidade de vida da população como um todo.

Essa função social exercida pelo IFRN e materializada pelos cursos do PROEJA, que tratamos ao longo deste trabalho, vem corroborar o sentimento já mencionado do Professor Paulo Freire, de que

[O] papel [do jovem e adulto] no mundo não [deve ser] só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não [deve ser] apenas objeto da *História*, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, [deve constatar] não para [se] *adaptar*, mas para *mudar* (FREIRE, 1996, p. 77, grifo do autor).

Todavia, para que esses cursos possam cumprir o discutido neste trabalho: contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos lugares onde foram ofertados, é fundamental observar as condições de infraestrutura (salas de aula, biblioteca, laboratórios etc.), a composição do corpo docente, o material pedagógico (englobando a pertinência e a contextualização dos conteúdos), a experiência escolar dos jovens e adultos beneficiários, a interdisciplinaridade, as atividades complementares de desenvolvimento cultural e científico, e a implementação efetiva das ações declaradas nos respectivos projetos pedagógicos. Porém, esses referenciais consolidam-se em objeto de futuras pesquisas.

O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem. Sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito.

(Juarez de PAULA)

REFERÊNCIAS

- ABREU, Raphael L. de. **Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Ipanguaçu em destaque**. Natal: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoNorte_Municip_ipanguacu.svg>. Acesso em: 7 maio 2010.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.9-23.
- BARBOSA, Eduardo M. **Estratégias de desenvolvimento local com enfoque agroecológico**. [S.l.: s.n.], [200-?]. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&client=firefox-a&rls=org.mozilla%3Apt-BR%3Aofficial&q=Estrat%C3%A9gias+de+desenvolvimento+local+com+enfoque+agroecol%C3%B3gico&btnG=Pesquisar&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=>>. Acesso em: 26 maio 2010.
- BENTO, Francisco. **IFRN – Campus Mossoró**. Mossoró, RN, 2010. 1 fotografia.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 set. 2008.
- _____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Brasília, DF, 1997a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 26 abr. 2010.
- _____. Ministério da Educação. **Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997**. Brasília, DF, 1997b. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/.../PMEC646_97.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2010.
- _____. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9649orig.htm>. Acesso em: 26 abr. 2010.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/ceja/arquivos/File/PCB11_2000.pdf>. Acesso em: 10 out. 2008.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9>. Acesso em: 26 abr. 2010.

_____. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.** Brasília, DF, 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm>. Acesso em: 26 abr. 2010.

_____. **Lei nº 11.249, de 23 de dezembro de 2005.** Brasília, DF, 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11249.htm>. Acesso em: 26 abr. 2010.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5840_13jul06.pdf>. Acesso em: 10 out. 2008.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio. Documento Base.** Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 10 out. 2008.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental. Documento Base.** Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf> Acesso em: 10 out. 2008.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal.** Brasília, DF, 2007c. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2>. Acesso em: 22 dez. 2009.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável:** material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&client=firefox-a&hs=hV1&rls=org.mozilla%3Apt->

BR%3Aofficial&q=Metodologia+de+planejamento+do+desenvolvimento+local+e+municipal+sustent%C3%A1vel%3A+material+para+&btnG=Pesquisar&aq=f&aql=&oq=&gs_rfai=>. Acesso em: 26 maio 2010.

CABRAL NETO, Antônio; RODRIGUEZ, Jorge. Reformas educacionais na América Latina: cenários, proposições e resultados. In: CABRAL NETO, Antônio et al (Org.). **Pontos e contrapontos da política educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Líber Livro, 2007.

CAMPOS, Darlan. **Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Currais Novos em destaque**. Natal, RN: [s.n.], 2006a. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoNorte_Municip_CurraisNovos.svg>. Acesso em: 7 maio 2010.

_____. **Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Mossoró em destaque**. Natal, RN: [s.n.], 2006b. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoNorte_Municip_Mossoro.svg>. Acesso em: 7 maio 2010.

_____. **Mapa do Rio Grande do Norte com o município de Natal em destaque**. Natal, RN: [s.n.], 2006c. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoNorte_Municip_Natal.svg>. Acesso em: 7 maio 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2009.

CIAVATTA, Maria. Estudos comparados sobre formação profissional e técnica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A formação do cidadão produtivo**. A cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006. p. 117-136.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.

DESENVOLVIMENTO local: territórios, redes e desenvolvimento. [S.l.: s.n.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/.../desenvolvimento%20local%20texto%20fina%20senaesl.doc>>. Acesso em: 26 maio 2010.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOWBOR, Ladislau. Educação, tecnologia e desenvolvimento. In: BRUNO, Lúcia (Org.) **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996. p.17-40.

_____. **Educação e desenvolvimento local**. [S.l.: s.n.], 2006.
Disponível em: <<http://www.dowbor.org/06educalocal.doc>>. Acesso em: 22 out. 2008.

DOWBOR, Ladislau et al. **Projeto política nacional de apoio ao desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2006. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/06dlfinal.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2010.

ESCÓSSIA, Carlos. **O que é crescimento e desenvolvimento econômico?** [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.carloescossia.com/2009/09/o-que-e-crescimento-e-desenvolvimento.html>>. Acesso em: 26 maio 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GERMANO, José Willington. A reforma do ensino de 1º e 2º graus. In: _____. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 156-190.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRABOWSKI, Gabriel. Articulação da educação profissional com o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional. In: **TVescola: Programa Salto para o Futuro**. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim 7, Rio de Janeiro, maio-jun. 2006. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161432Ensinomedio.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2010.

HADDAD Sérgio. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. In: BREZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 111-127.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANASHIRO, Darcy M. M.; TEIXEIRA, Maria L. M.; ZACCARELLI, Laura M. (Org.). **Gestão do fator humano: uma visão baseada em stakeholders**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Brasília, DF, [200-?]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&uf=24>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. **Ensino – matrículas, docentes e rede escolar 2008**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/tpowindow.htm?1>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/09/18/ult105u87111.jhtm>>. Acesso em: 20 set. 2009.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Perfil do RN**. Natal, RN, 2005a. Disponível em: http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/gerados/perfil_rn_2002.asp>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. **Perfil do seu município: Currais Novos (RN)**. Natal, RN, 2005b. Disponível em: http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_c.asp#curraisnovos>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. **Perfil do seu município:** Ipanguaçu (RN). Natal, RN, 2005c. Disponível em:
<http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_i.asp>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. **Perfil do seu município:** Mossoró (RN). Natal, RN, 2005d. Disponível em:
<http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_m.asp>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. **Perfil do seu município:** Natal (RN). Natal, RN, 2005e. Disponível em:
<http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_n.asp>. Acesso em 10 abr. 2010.

_____. **Anuário estatístico 2008.** Natal, RN, 2009, Disponível em:
<http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/anuario/enviados/anuario_estatistico.asp>. Acesso em: 13 abr. 2010.

_____. **Estado Rio Grande do Norte:** divisão segundo as mesorregiões. Natal, [200-?a]. Disponível em:
<<http://www.idema.rn.gov.br/governo/secretarias/idema//anuario2005/mapas/MESORREGIAO.jpg>>. Acesso em: 7 maio 2010.

_____. **Estado Rio Grande do Norte:** divisão segundo as microrregiões. Natal, RN, [200-?b]. Disponível em:
<<http://www.idema.rn.gov.br/governo/secretarias/idema//anuario2005/mapas/MICROREGIAO.jpg>>. Acesso em: 7 maio 2010.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Arranjos produtivos locais no RN.** Natal, RN, [200-?]. Disponível em:
<http://www.rn.iel.org.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=6&id=27&Itemid=34>. Acesso em: 10 abr. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de curso do curso técnico de nível médio integrado em alimentos na modalidade de jovens e adultos.** Natal, RN, 2006a. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br/secoes/ensino/cursos/cursos-tecnicos-integrados>> Acesso em: 06 maio 2009.

_____. **Plano de curso do curso técnico de nível médio integrado em agroecologia na modalidade de jovens e adultos.** Natal, RN, 2006b. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br/secoes/ensino/cursos/cursos-tecnicos-integrados>> Acesso em: 06 maio 2009.

_____. **Plano de curso do curso técnico de nível médio integrado em informática na modalidade de jovens e adultos.** Natal, RN, 2006c. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br/secoes/ensino/cursos/cursos-tecnicos-integrados>> Acesso em: 06 maio 2009.

_____. **Plano de curso do curso técnico de nível médio integrado em edificações na modalidade de jovens e adultos.** Natal, RN, 2006d. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br/secoes/ensino/cursos/cursos-tecnicos-integrados>> Acesso em: 06 maio 2009.

_____. **Regulamentação da educação profissional técnica de nível médio integrado na modalidade de jovens e adultos.** Natal, RN, 2006e. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br/ensino/arquivos/Regulamento%20Cursos%20Tecnicos%20Modalidade%20EJA.pdf>> Acesso em: 06 maio 2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino do 2º grau:** o trabalho como princípio educativo. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. **Educação:** prática social. [S.l.: s.n.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.fsloboneto.pro.br/>>. Acesso em: 10 maio 2010.

LÚCIO, Antonio Barbosa. **A educação no sistema capitalista e o homem omnilateral.** [S.l.; s.n.], 2010. Disponível em: <<http://neasr-al.blogspot.com/2010/04/educacao-no-sistema-capitalista-e-o.html>>. Acesso em: 10 maio 2010.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: **TVescola:** Programa Salto para o Futuro. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim 16, Rio de Janeiro, set. 2006. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/>> Acesso em: 19 nov. 2008.

MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: _____. **Capital social, participação política e desenvolvimento local:** atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Salvador, BA: Escola de Administração da UFBA: NPGA/NEPOL/PDGS, 2005. Disponível em:

<<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2010.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOURA, Dante Henrique. A implantação do PROEJA no CEFET-RN: avanços e retrocessos. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE. 5. **Anais...** Natal: ANPAE, 2008.

OLIVEIRA, Gilson B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, maio/ago. 2002 Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/...da.../uma_discussao_sobre.pdf>. Acesso em 27 maio 2010.

OLIVEIRA, Valiene. **Mapa do Brasil por regiões, destacando a região Nordeste e, nesta, o estado do Rio Grande do Norte**. Natal, RN, 2010. 1 mapa.

PANORAMIO. **IFRN – Campus Ipangaçu**. [S.l.], 200-?. 1 fotografia.

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento local**: como fazer? Brasília, DF: SEBRAE, 2008. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/.../\\$File/NT0003DBA6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/.../$File/NT0003DBA6.pdf)>. Acesso em 26 maio 2010.

_____. **Políticas de apoio ao desenvolvimento local**. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<http://criseoportunidade.wordpress.com/2009/05/09/politicas-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-juarez-de-paula/>>. Acesso em: 27 maio 2010.

PETITINGA, Carolina S. **Mais definições em trânsito**: desenvolvimento local. Salvador, BA: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2010.

PINHEIRO, Michelle. **IFRN – Campus Natal-Zona Norte**. Natal, 2010. 1 fotografia.

REDE DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS. **APL's por Estado**. Brasília, DF, [200-?]. Disponível em: <<http://www.renapi.org/observatorio/areas-de-atuacao/arranjos-locais/apls-por-estado/?searchterm=APLs>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

REDE NACIONAL DE CONSUMO RESPONSÁVEL. **Globalização e desenvolvimento**: desenvolvimento local. [S.l.], [200-?]. Disponível em: <http://www.consumoresponsavel.com/?page_id=8>. Acesso em: 26 maio 2010.

RÉGNIER, Karla Von Döllinger. Educação, trabalho e emprego numa perspectiva global. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan.-abr.1997. p. 3-11.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico. **Arranjos produtivos locais**. Natal, RN, [200-?]. Disponível em: <<http://www.sedec.rn.gov.br/downloads/palestras.../APL%20MINERAL.ppt>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.